

# Diário do Legislativo de 19/06/2007

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - PFL

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 52ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente

1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/6/2007

Presidência dos Deputados José Henrique e João Leite

Sumário: Nomeação de Comissão - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fábio Avelar - Homenagem - Palavras do Sr. Ângelo Machado - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente.

#### Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - A Presidência nomeia os Deputados Fábio Avelar e João Leite para, em comissão, conduzirem ao Plenário as autoridades e os demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

#### Composição da Mesa

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Ângelo Machado, professor emérito e Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG - nas áreas de Neuroanatomia e Zoologia, com pós-doutorado pela Northwestern University, em Chicago; a Exma. Sra. Vereadora Elaine Matozinhos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; os Exmos. Srs. Eugênio Batista Leite, representando a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -; Ivan Arruda de Oliveira, representando a Universidade Estadual de Minas Gerais - Uemg -; Ilmar Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, José Carlos Carvalho; José Antônio da Cunha Melo, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - Seção MG; a Exma. Sra. Maria Dalce Ricas, Presidente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; e os Exmos. Srs. Gelton Palmieri Abud, Diretor de Gestão Cooperativa, representando a Copasa; e Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

## Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Srs. Guilherme Hermeto Costa, representando o Ouvidor-Geral, Desembargador Lúcio Urbano Silva Martins; Ovimar dos Reis Souto, representando o Deputado Federal Vitor Penido; Getúlio Gontijo de Amorim, assessor parlamentar do IEF; Pedro Parizzi, assessor parlamentar da Fiemg; e Geraldo Faria, Presidente do PSC.

## Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta interrupção à comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Copasa, sob a regência da maestrina Eliane Fagioli.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

## Palavras do Deputado Fábio Avelar

Boa-tarde. Inicialmente, gostaria de saudar a nossa Mesa, agradecer a presença e cumprimentar o ilustre Deputado João Leite, que, nesta solenidade, representa o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; o Dr. Ângelo Machado, professor emérito e doutor pela UFMG nas áreas de Neuroanatomia e Zoologia, nosso homenageado; a Vereadora Elaine Matozinhos, nossa amiga, ex-Deputada e companheira nossa na Assembléia, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Prof. Eugênio Batista Leite, representando a PUC Minas; os Srs. Ivan Arruda de Oliveira, representando a Uemg; Ilmar Bastos, nosso amigo, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando o Dr. José Carlos Carvalho, ilustre Secretário de Meio Ambiente; José Antônio da Cunha Melo, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Sessão MG, cargo que tive o privilégio e a honra de ocupar por duas vezes. Tive a satisfação de integrar essa associação, que tem realizado um trabalho muito importante não somente em Minas Gerais, mas também no Brasil. Cumprimento também a nossa amiga Maria Dalce Ricas, Presidente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda -; o Dr. Gelton Palmieri Abud, nosso companheiro da Copasa, atual Diretor dessa importante incorporação, representando toda a nossa empresa; o Sr. José Maria, Presidente do Sindágua, na pessoa do qual cumprimento os demais Diretores presentes; as autoridades; todos os que nos honram com a presença; a imprensa; e os nossos telespectadores da TV Assembléia. Senhoras e senhores, em primeiro lugar, gostaria de prestar um esclarecimento a todos: por força de compromissos inadiáveis na agenda desta Casa, esta reunião especial, que preferencialmente deveria ter sido realizada no dia 5/6/2007, data oficial consagrada ao meio ambiente, está ocorrendo no dia de hoje, em cumprimento a um compromisso que a Assembléia já assumiu, dada a relevância do assunto e sua importância para toda a sociedade. Faço esse esclarecimento e, na oportunidade, como autor do requerimento que possibilitou a realização deste evento, manifesto minha satisfação especial por estarmos aqui reunidos para esta celebração.

Para este Deputado, cuja formação se insere no contexto ambiental, é gratificante constatar que, rapidamente, a comunidade mineira, a brasileira e a mundial se conscientizam de forma definitiva quanto à essencialidade de cuidarmos do meio ambiente. Nesse sentido, a mídia tem divulgado, com frequência, a mobilização de autoridades, técnicos, ambientalistas e da sociedade em geral, em defesa da vida no Planeta nestes tempos difíceis de aquecimento global e de ameaças à preservação das espécies. Até mesmo a humana. Isso é de fundamental importância, pois surgem daí grandes demandas sociais e políticas que interferem de forma contundente no curso dos acontecimentos, por conseguinte, no destino das nações.

E não é sem tempo. Avolumam-se as informações que revelam as crescentes ondas de calor no continente europeu, com temperaturas de até 40°C. No Brasil, ciclones atingem principalmente as costas do Sul e do Sudeste. O número de desertos aumenta a cada dia, fortes furacões causam mortes e destruição em várias partes do Planeta. Sabemos que esse fenômeno do aquecimento está ocorrendo em virtude do lançamento de poluentes, principalmente de gases derivados da queima de combustíveis. Cresce a necessidade de adoção de medidas urgentes visando a conter esse processo. Caso contrário, todos amargarão, talvez de forma irreversível, os danos de tamanha destruição ambiental. As nações estão cada vez mais conscientes e apreensivas quanto ao futuro e exigem medidas dos seus governantes, em todos os sentidos, quer em âmbito internacional, quer local, em assuntos de maior ou menor dimensão ou abrangência.

Pena que, não raras vezes, a atenção das autoridades não esteja aberta ao clamor da sociedade e de seus segmentos organizados. Como exemplo, citamos a tão falada transposição do Rio São Francisco. Já é de conhecimento geral que essa obra se encontra em andamento, apesar de ter sido objeto de tantas manifestações públicas contrárias a sua execução, um empreendimento que se concretiza contrariando técnicos especialistas do setor, ambientalistas, associações de classe, organizações não governamentais, e tantos outros grupos sociais que não reconhecem na transposição a solução para o problema de água da região de sua abrangência.

Aqui, nesta Casa Legislativa, este Deputado, entre outras ações, também se manifestou contrário à obra. Para tal, tomei a iniciativa de lançar um Manifesto Contrário à Transposição do Rio São Francisco, apoiado pela grande maioria dos parlamentares da Casa. Teve esse documento o propósito de solicitar ao Presidente Lula a paralisação do processo, condicionando o seu prosseguimento à promoção de um amplo debate junto aos especialistas na matéria. Seria também efetivado um plebiscito a ser realizado nos Estados inseridos na área de abrangência do projeto, similar ao levado a efeito em relação ao desarmamento. Assim, estaria sendo legitimada a questão que hoje mobiliza grande parte da sociedade brasileira.

Dessa forma, como este parlamentar, diversas outras instituições têm atuado na busca de uma solução para o assunto. Como outro exemplo, citamos aqui o nosso Projeto Manuelzão, em notável trabalho conduzido pelo querido amigo e convicto ambientalista, Appolo Heringer Lisboa, que tanto tem lutado contra essa obra. Apesar de tudo isso, o empreendimento avança, numa atitude nada democrática e distante das reais necessidades do povo. Todos esses acontecimentos, entretanto, não nos trazem a sombra do desânimo. Ao contrário, estimulam-nos e impulsionam-nos rumo à luta. E há razões para tal. Em Minas Gerais, um fato encorajador revela-se no próprio programa do governo Aécio Neves no tocante aos projetos em desenvolvimento na área ambiental pelos diversos órgãos do setor. Para efeito de ilustração, podemos citar os projetos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da própria Copasa, que empreende esforço gigantesco com o objetivo de universalizar os seus serviços. Nesse aspecto, seu Programa de Investimentos prevê, para o período de 2007 a 2010, a aplicação de recursos de R\$785.300.000,00 em abastecimento de água e de quase R\$2.000.000.000,00 em esgotamento sanitário, incluindo o tratamento dos efluentes.

Em se tratando do Sistema Estadual de Meio Ambiente, os seus projetos estruturadores propiciam uma antevisão positiva das realizações governamentais no setor, compreendendo a gestão de recursos hídricos, a gestão de resíduos sólidos, a revitalização do Rio das Velhas - com a meta de atingir este objetivo até 2010 -, a conservação do cerrado e a recuperação da mata atlântica.

Os investimentos do governo Aécio Neves em meio ambiente subiram de R\$90.000.000,00, em 2002, para R\$250.000.000,00 em 2007. Foi criado o Centro Mineiro de Resíduos Sólidos, que capacitará gestores municipais para tratar lixões e criar outra abordagem para a gestão do lixo. Foi implantado ainda o Inventário Mineiro de Emissão de Gases, que poderá avaliar a importância de Minas Gerais na emissão de gás

carbônico.

O governo também conseguiu um grande investimento junto ao banco alemão KFW para a segunda fase do Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais e criou o Programa de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, além do Comitê Gestor de Fiscalização Ambiental Integrada. Assim como o governo, iniciativas individuais também possibilitam a abertura de perspectivas positivas para a questão ambiental.

Digo isso, senhoras e senhores, em razão da homenagem que, conforme foi instituído por esta Casa, é prestada anualmente a um personagem que se tenha destacado no setor ambiental. Já tivemos a honra de homenagear nesta Casa a própria Copasa, o Projeto Manuelzão, a ONG Biodiversitas, entre várias outras, e neste ano temos a honra de receber, neste Plenário, o Prof. Ângelo Machado, um extraordinário agente a serviço do meio ambiente, cujas realizações passo a relatar, ainda que de forma abreviada.

O Prof. Ângelo Machado é natural de Belo Horizonte e graduou-se em Medicina. A vida de nosso homenageado tem sido dedicada ao ensino e à pesquisa em duas áreas: Neuroanatomia e Zoologia. Fez seu doutorado na UFMG e pós-doutorado na Northwestern University, em Chicago. Tem mais de cem trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais, além de sete livros, destacando-se seus trabalhos sobre libélulas e espécies ameaçadas de extinção. Em 1981, foi eleito membro da Academia Brasileira de Ciências. Como zoólogo, tem contribuído significativamente para o conhecimento da biodiversidade brasileira, tendo descoberto quatro gêneros e 48 espécies de libélulas.

Iniciou suas atividades como ambientalista, filiando-se ao Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, uma das ONGs ativistas mais antigas do Estado. Participou ativamente de ações que levaram à criação do Parque Nacional da Serra do Cipó, do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, da Reserva Biológica de Pirapitinga, bem como a manutenção da integridade do Parque das Mangabeiras, ameaçado pela especulação imobiliária, e, mais recentemente, da Estação Ecológica da UFMG. Foi Presidente da Conservação Internacional - CI-Brasil -; fundador e Presidente durante vários anos da Fundação Biodiversitas, ONG técnica já homenageada por esta Assembléia, de cujo conselho curador hoje é Presidente. Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente da SBPC, propôs e foram aceitos os itens da Constituição de 1966 relativos à biodiversidade do patrimônio genérico do País e ao processo de criação de unidades de conservação.

Participou do grupo de trabalho criado pelo Itamarati para elaborar a programação científica da Conferência Rio-92. Com técnicos da Biodiversitas, desenvolveu metodologias para elaboração de listas de espécies ameaçadas de extinção. A partir de 1974, passou a se interessar por educação ambiental de crianças, assunto sobre o qual já fez cerca de 200 palestras em quase todos os Estados da União. Com a publicação de "O menino e o rio", passou a divulgar noções de zoologia e ecologia por meio da literatura e do teatro infantis. Conta hoje 35 livros infanto-juvenis e 7 peças teatrais encenadas, tendo recebido por estas obras os Prêmios Jabuti, Adolfo Aislen e o Selo de Altamente Recomendável da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil. Recebeu premiação também pela maior bilheteria do teatro mineiro, em 2001, com a comédia "Como sobreviver em festas com bufê escasso". Além de várias outras premiações, foi homenageado por zoólogos do Brasil e do mundo com a colocação de seu nome em 27 espécies zoológicas, besouros, borboletas, aranhas, abelhas, formigas, mosquitos, anfíbios e onicóforos. Atualmente, na condição de professor emérito da UFMG, exerce voluntariamente atividades de ensino e pesquisa no Departamento de Zoologia dessa Universidade.

Este é, portanto, o nosso grande homenageado. Para ele os nossos agradecimentos e a nossa salva de palmas. Com satisfação, anuncio que, antes do início desta solenidade, recebi do Sr. Luís Monteiro, aqui presente, o Anuário 2006 da Associação Mineira de Escalada, que tem um trabalho belíssimo realizado. Por meio da Fabiana Avelar, minha filha, Diretora da Associação Escalada das Minas, recebi o programa Adote uma Montanha. São dois trabalhos importantes, que tivemos a oportunidade de receber. Muito obrigado.

Não podemos deixar de agradecer, em primeiro lugar, aos meus colegas Deputados, que, desde nosso primeiro ano nesta Casa, apóiam nossa iniciativa, quando tivemos a idéia de lançar esta data como um dia de reflexão e de homenagem ao meio ambiente. É importante sempre lembrar esta data. Do fundo do meu coração, agradeço a todos os Deputados. Estou vendo nosso amigo Carlin; Domingos Sávio já esteve aqui; Ronaldo Magalhães; João Leite, um grande companheiro; o ex-Deputado e companheiro Laudelino, aqui presente, que realizou um brilhante trabalho nesta Casa à frente da Comissão de Meio Ambiente; a querida companheira Deputada Rosângela Reis, que, pela primeira vez, chega a esta Casa e já demonstra grande força de trabalho. Na próxima semana, a Comissão de Meio Ambiente, da qual sou Vice-Presidente, estará em Ipatinga participando de um evento para discutir a questão ambiental de toda a região, tendo em vista as possibilidades de geração de emprego e renda. Será um momento importante. Agradeço ainda a presença dos companheiros da Copasa, instituição sempre preocupada com o meio ambiente, e ao IEF, entidade parceira que sempre nos ajuda e que hoje nos forneceu 500 mudas, que serão distribuídas para comemorar este dia. Aos interessados, elas estarão à disposição na sala ao lado, no cafezinho. A Copasa nos brindou com um presente maravilhoso: o Coral da Copasa, aplaudido não só em Minas Gerais, mas em todo o País. Meu agradecimento especial ao corpo coral da Copasa e à maestrina Eliane Fagioli, que, ontem, no Palácio das Artes, brindou-nos com um excelente espetáculo do coral que dirige naquela instituição. Agradeço também a toda a equipe da Diretoria de Comunicação da Assembléia, especialmente à Gerência de Relações Públicas, na pessoa da Kátia, que foi responsável por toda a organização deste evento. Na pessoa do Sr. Vicente Pereira, nosso Chefe de Gabinete, agradeço a toda a equipe do nosso gabinete, presente em todo o processo.

Prof. Ângelo Machado, mais uma vez, digo do nosso orgulho, da nossa honra e satisfação e do nosso privilégio de conviver com o senhor, uma figura ímpar. Há mais de 30 anos temos esse privilégio, e, com enorme satisfação, a Assembléia Legislativa, num momento de reflexão, em que o mundo se debruça sobre a questão ambiental, tem a oportunidade de homenagear pessoas que dedicam toda a vida em defesa e em prol do meio ambiente. Professor, com muita honra, a Casa do povo lhe presta esta justa homenagem. Muito obrigado.

#### Homenagem

O locutor - A Assembléia Legislativa prestará uma homenagem ao Sr. Ângelo Machado, com a entrega de placa contendo os seguintes dizeres: "Alguém que dedica a vida ao conhecimento da natureza, usando de todos os meios para protegê-la e preservá-la, que trabalha pela formação ecológica de jovens e crianças, que participa ativamente de órgãos de defesa ambiental - esse é um verdadeiro ambientalista. A Assembléia de Minas presta seu reconhecimento e sua homenagem a Ângelo Machado por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente".

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Fábio Avelar para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

#### Palavras do Sr. Ângelo Machado

Exmos. Srs. Deputado João Leite, representando o Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, em cuja pessoa cumprimento as demais autoridades da Mesa; Deputado Fábio Avelar, prezado amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Srs. Deputados e demais presentes. Há pouco tempo, recebi um telefonema do meu prezado amigo Deputado Fábio Avelar. O prazer de conversar com ele logo se transformou em forte emoção quando soube que seria homenageado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Durante minha vida, tenho recebido várias homenagens, mas esta é diferente. Ser homenageado por esta Assembléia significa a homenagem do povo de Minas Gerais, do povo de minha terra, que esta Assembléia representa. E agradeço a esse povo nas pessoas dos Srs. Deputados que me homenagearam, e entre eles, especialmente, o Deputado Fábio Avelar, que propôs meu nome para esta homenagem. Eu o conheci há muitos anos, quando fui pedir autorização para coletar libélulas nas reservas da Copasa. Mas talvez o que Fábio não saiba é que,

das coletas feitas nessas reservas, resultou a descoberta de duas espécies novas de libélulas, as quais denominei "Aeshna eduardoi" e "Forcepsioneura lucia", em homenagem a meus filhos que me acompanharam nessas coletas. Uma dessas espécies consta na lista nacional de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção, e só não se extinguiu graças ao cuidado que a Copasa sempre teve com suas reservas, antes mesmo que a conservação tivesse a importância que tem hoje. Graças à Copasa e ao discernimento de homens como Fábio Avelar, foi possível criar o Parque Estadual do Rola-Moça, um presente da Copasa para o povo de Minas Gerais.

Como já foi dito aqui, eu fui homenageado por minhas ações em prol do meio ambiente em Minas Gerais. E fico pensando: será que mereço esta homenagem? Será que minhas atividades de proteção ao meio ambiente têm mesmo um sentido social, e nesse caso eu seria um altruísta? Pelo menos, no começo, não. Eu iniciei minhas atividades como ambientalista por egoísmo. Meu pai tinha uma fazenda no Vale do Rio Doce onde eu passava férias. Eu gostava de andar na mata, ouvir os pássaros, coletar libélulas e borboletas. Mas, a cada ano, havia menos mata, menos pássaros, menos libélulas e borboletas. Decidi entrar no movimento ambientalista para fazer alguma coisa, para proteger aquilo que eu, egoisticamente, gostava e não queria perder. Foi por isso que entrei para o Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais, a ONG ambientalista mais antiga do Estado. Coincidência ou não, na Presidência do Centro, estava o dentista e ambientalista Hugo Eiras Furquim Werneck, altamente motivado para o ativismo ecológico porque gostava de pássaros, especialmente os das veredas. No grupo também estavam Célio Valle, Amílcar Viana Martins, Fábio Marton, José Rabelo de Freitas, João Paulo Campelo e muitos outros. Foi fácil perceber que, para proteger aquilo de que gostávamos seria necessário cuidar de todo o meio ambiente, no centro do qual está o ser humano. Logo me envolvi em educação ambiental, principalmente de crianças, o que fiz por meio de palestras ou na publicação de livros e peças de teatro. Foi quando percebi que não estava sozinho, pois muitas pessoas também gostavam da natureza, e ficou claro para mim o que hoje considero o dogma de educação ambiental: é importante gostar porque quem gosta protege. Talvez, nesse momento, minhas atividades tenham se tornado altruísticas e passaram a ter sentido social. E talvez por isso sou hoje homenageado pelos membros desta Casa. Mas, para sermos justos, esta homenagem deve ser compartilhada com todos os ambientalistas com os quais trabalhei no Centro para a Conservação da Natureza, na Conservação Internacional e principalmente na Fundação Biodiversitas. Destaco a figura do nosso líder, Hugo Eiras Furquim Werneck, que hoje, com 84 anos, não perdeu o entusiasmo e continua à frente do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais.

É bom lembrar que, no início, o ativismo ecológico era difícil porque os principais setores envolvidos não se entendiam. Os ambientalistas, principalmente os do terceiro setor, acusavam os empresários de serem poluidores e destruidores da natureza. Os empresários acusavam os ambientalistas de serem contra o progresso, e ambos culpavam o governo de não fazer coisa alguma. Nós, do Centro para a Conservação da Natureza em Minas Gerais, tivemos derrotas, mas também, muitas vitórias. O Centro impediu a passagem de uma estrada através do Rio Doce. Fizemos só a ponte, que está lá até hoje. Bem mais tarde, nova tentativa de fazer a estrada não teve sucesso porque ameaçamos acampar na ponte. A propósito, recusamos veementemente a oferta de setores mais radicais que se dispuseram a dinamitar a ponte. Mais ou menos na mesma época, com o apoio da mídia, conseguimos demover a Prefeitura da idéia absurda de lotear boa parte do Parque das Mangabeiras. Também com o apoio da mídia e da comunidade científica reunida em Belo Horizonte para a 26ª Reunião Anual da SBPC, conseguimos que o Governador Aureliano Chaves assinasse o decreto criando o Parque da Serra do Cipó. Aqui, quebrarei um pouco o ritmo do discurso para mostrar como isso aconteceu. Nós, do Centro, resolvemos que queríamos fazer um parque na Serra do Cipó. Então, foi feito um mapa. Sobrevoamos o local. Cederam-nos um avião. Alguns membros - Célio Valle e Fábio Marton -, durante toda a semana, andaram por lá para ver a área do parque. E o decreto? O Célio teve uma idéia muito boa. Sabíamos que os políticos sempre liam uma certa coluna do jornal "Folha de S. Paulo". Éramos amigos do editor e colocamos na coluna: "A Serra do Cipó está sendo destruída por queimadas. É preciso, rapidamente, filiar o Parque da Serra do Cipó". A notícia logo chegou às mãos do Aureliano. O Célio tem cópia do despacho: "Desejo criar esse parque urgentemente". Carimbou "urgente" e passou para o pessoal da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Meio Ambiente. E ninguém sabia de que parque se tratava. Aí nós, do Centro, chegamos com o prato feito: o parque é assim, área tal. Mas isso demorou um pouco.

Aí veio a reunião da SBPC. Fiz um discurso dando a deixa para o Aureliano falar do parque que havia sido feito. Foi uma decepção. Não fez. Mas, como bom político, percebeu a situação e, na assembleia final da SBPC, Vargas me entregou em mão o decreto criando o Parque da Serra do Cipó, dedicado a cientistas da SBPC. Fiquei extremamente emocionado com isso. Notem como o Centro trabalhava muito nos bastidores. Alguém, no Palácio, pegou o decreto e nos entregou, e conseguimos que o parque fosse criado. Mais tarde, virou parque nacional.

Bom, perdi o fio da meada, mas não faz mal, é interessante ainda.

A última vitória do Centro foi impedir a construção de prédios dentro da Estação Ecológica da UFMG, que hoje se orgulha de ser a única universidade brasileira a possuir, no próprio "campus", uma estação ecológica utilizada para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Durante muito tempo, continuamos a atuar como ativistas, mas, em um determinado momento, percebemos que ativismo só era pouco. Ele pressiona pessoas e instituições a fazerem ações de proteção ao meio ambiente, e queríamos fazer diretamente essas ações. Percebemos também que o ativismo deveria se basear em dados técnicos e que não havia mais espaço para o achismo ou o denunciamento sem suporte científico e técnico. Por isso o Centro criou a Fundação Biodiversitas, uma ONG exclusivamente técnica, que hoje tem a maior experiência do País na elaboração de Listas Vermelhas de Espécies Ameaçadas de Extinção e que teve a honra de ser homenageada por esta Assembleia no ano passado.

Durante os 35 anos em que milito na área ambiental, fui testemunha de uma grande mudança que ocorreu no Brasil, especialmente em Minas, no que se refere às questões ambientais. Pouco a pouco, aquele clima de hostilidade entre empresas ambientalistas e governo foi diminuindo. Houve a institucionalização da variável ambiental nos governos e nas empresas. Hoje não é mais aceitável governos sem Ministério ou Secretaria de Meio Ambiente ou empresa de grande porte sem um departamento de meio ambiente. A época é de parcerias entre governos, empresários e ONGs técnicas, como a Biodiversitas e a Conservação Internacional, ambas com sede em Belo Horizonte. Quando, há 18 anos, assumi a Presidência da Biodiversitas, a primeira coisa que fiz foi comprar um bom terno e gravata. Se vou falar com o Presidente ou alto executivo de uma empresa, tenho de me tratar como ele, porque somos parceiros e temos objetivos comuns. A época do ambientalista malucado, desleixado, de calça "jeans" e alpercatas já acabou. A questão ambiental é principalmente política, mas deve estar embasada em dados técnicos e científicos. Foi difícil a luta para se tirar o IEF da Secretaria de Agricultura e colocá-lo junto à Feam e, pouco mais tarde, ao Igam, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, à frente da qual está hoje o ex-Ministro José Carlos Carvalho, no meu entender, o mais competente homem de governo do País na área ambiental. Graças ao discernimento do Governador Aécio Neves, que tem todo o apoio dos ambientalistas mineiros, toda a equipe de meio ambiente da gestão anterior foi reconduzida, e Minas é hoje referência nacional quanto à gestão ambiental. Isso se deve, em grande parte, a esta Casa, que, ao longo do tempo, vem aprovando e aperfeiçoando todo um arcabouço legislativo avançado e moderno. Cabe lembrar também - por ser fato importante - que esta Casa sempre esteve aberta aos ambientalistas. Na fase de elaboração da Constituição mineira, nós, do Centro para Conservação da Natureza em Minas Gerais, pudemos participar ativamente do processo, e, por sugestão do Centro, Minas é hoje o único Estado que tem, em sua Constituição, a obrigatoriedade de monitorar a biodiversidade por meio de Listas Vermelhas de Espécies Ameaçadas de Extinção. Um outro dispositivo ímpar aprovado nesta Casa foi a Lei nº 9.375, de 12/12/86, que protege as veredas, tão importantes para o equilíbrio hídrico de nossos rios. E, ao proteger nossas veredas, a lei emanada desta Casa protegeu também o cenário do mais importante livro já escrito em língua portuguesa: "Grande Sertão: Veredas", de João Guimarães Rosa. E, ao falar em Guimarães Rosa, cabe lembrar que foi ele quem primeiro lançou a idéia já colocada por mim, no início desta palestra, como o dogma da educação ambiental: é importante gostar, porque quem gosta protege. Aliás, a primeira aula de educação ambiental ministrada em Minas Gerais teve, como professor, Diadorim e, como aluno, o jagunço Riobaldo. "Diadorim me pôs o rastro dele para sempre em todas essas quisquilhas de natureza", diz Riobaldo. E, enquanto percorrem o grande sertão, Riobaldo aprende com Diadorim a gostar da vereda, do buriti e dos pássaros e, entre esses, aqueles que, no dizer do próprio Diadorim, "é o passarim mais bonitinho e engraçadinho do rio abaixo e do rio acima, o que se chama manuelzinho-da-crôa. É preciso olhar para esses com um todo carinho", diz Diadorim. Ao que Riobaldo comenta: "Até aquela ocasião, nunca tinha ouvido falar de se parar, olhando por prazer de enfeite, a vida mera deles, pássaros, em seu começar e descomeçar de vãos de pousoação".

Srs. Deputados, ao agradecer novamente esta homenagem, eu os convido a fazer aquilo que tento fazer e o que recomenda Diadorim: "olhar a natureza com um todo carinho". Obrigado.

## Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Coral da Copasa, que, sob a regência da maestrina Eliane Fagioli, apresentará as canções "Alma Lhanera", de Pedro Elias Gutierrez, e "Planeta Água", de Guilherme Arantes.

- Procede-se à apresentação musical.

## Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Ângelo Machado, professor emérito da UFMG, nas áreas de Neuroanatomia e Zoologia; Vereadora Elaine Matozinhos, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Prof. Eugênio Batista Leite, representando a PUC; Ivan Arruda de Oliveira, representando a Uemg; Ilmar Santos, Subsecretário de Gestão Ambiental Integrada, representando José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente; José Antônio da Cunha Melo, Presidente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária - Abes - Seção Minas Gerais; Maria Dalce Ricas, Presidente da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente - Amda -; Gelton Palmieri Abud, Diretor de Gestão Corporativa, representando a Copasa, também representada por esse belíssimo coral que nos alegrou muito nesta tarde; Deputado Fábio Avelar, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e Deputado Carlin Moura.

Não poderia deixar de fazer uma saudação especial ao ex-Deputado Laudelino Augusto e ex-Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, que, conforme reconheceu o Deputado Fábio Avelar, realizou um grande trabalho à frente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa.

O fato de comemarmos o Dia Mundial do Meio Ambiente demonstra que a degradação dos recursos naturais do planeta é hoje foco de interesse de toda a sociedade. Torna-se cada vez mais prioritário que todos busquemos formas de amenizar os problemas já existentes, como o aquecimento climático, o processo em curso de escassez da água ou as enchentes e secas que incidem sobre a produção de alimentos. O Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas projeta, para antes do final do século, a redução da disponibilidade de água para 160 milhões de pessoas na América Latina. Em consequência, a produção agrícola sofreria uma queda de 50%. A mudança climática já vem criando uma nova categoria de vítimas, os refugiados do clima. Calcula a Cruz Vermelha Internacional que já existem 25 milhões de pessoas deslocadas por razões ambientais, número que pode, brevemente, superar o de refugiados de guerra no mundo. Devemos lembrar que a seca no Nordeste do Brasil ocorre intermitentemente há 200 anos. Um aumento de temperatura intensificará uma migração interna que hoje se dá por razões socioeconômicas, acarretando maiores desequilíbrios demográficos. Em nome da sobrevivência das futuras gerações, temos o desafio de reduzir o consumo de fontes naturais, encontrando outras que poluam menos o ambiente e adotando formas de reciclar ou reutilizar os recursos. Assim, no setor energético, são defendidas a adoção do gás natural em lugar de combustíveis fósseis e a utilização de fontes de energia renováveis, como a hídrica, a biomassa e a geotérmica. No setor de transportes, os biocombustíveis ajudam a substituir os derivados do petróleo. Ao mesmo tempo, o incentivo ao transporte público e a adoção de meios que não sejam motorizados ajudarão a reduzir a emissão dos gases que provocam o efeito estufa. É importantíssima a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento para permitir o uso industrial de soluções limpas. Na agricultura, necessitamos de uma melhor gestão das colheitas e das terras, pela adoção de práticas agrônomicas corretas, pelo uso de nutrientes e pela restauração dos solos orgânicos que são drenados. A cada ano, infelizmente, a área das florestas mundiais vem sendo devastada. Portanto, no Brasil, o desmatamento é alvo prioritário a ser combatido para assegurar a biodiversidade, evitar a degradação dos solos e o assoreamento dos rios, além de minimizar as variações climáticas.

Se a defesa do meio ambiente tem hoje o espaço e a atenção que merece, devemos agradecer ao alerta pioneiro de nossos cientistas. Entre eles, destaca-se o professor Ângelo Machado, mineiro de Belo Horizonte, mundialmente respeitado por sua contribuição ao conhecimento da biodiversidade brasileira. Como ambientalista, participou de ações que levaram à criação de importantes parques e reservas biológicas. Há cerca de três décadas, tem se dedicado, com enorme sucesso, à importante tarefa da educação ambiental de crianças por meio da literatura e do teatro infantil. Na pessoa desse professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais, reconhecemos o trabalho de toda uma geração de ambientalistas, que hoje nos leva a refletir sobre as questões da ecologia e a pensar em soluções de desenvolvimento sustentável. É dever deste Parlamento - que, há algum tempo, vem discutindo em eventos, com a participação de toda a sociedade, o problema hídrico de Minas Gerais, por meio do Fórum das Águas - formular leis que expressem a preocupação, no Estado, com um problema que atinge a própria sobrevivência de todas as formas de vida no planeta Terra. Políticas públicas voltadas para o futuro, garantindo o bem-estar de nossos filhos e netos, são uma necessidade premente para que acertemos nossas contas com a natureza. Muito obrigado!

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, em 30/5/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Fábio Avelar e Fahim Sawan, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Fábio Avelar, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida, por ser a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão e a designar o relator da matéria. O Presidente convida a Deputada Cecília Ferramenta para atuar como escrutinadora e determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Fahim Sawan e para Vice-Presidente o Deputado Fábio Avelar, ambos por unanimidade. O Deputado Fábio Avelar empossa o Deputado Fahim Sawan e passa a ele a direção dos trabalhos. O Presidente agradece aos colegas, empossa o Vice-Presidente e, na oportunidade, designa o Deputado Fábio Avelar relator da matéria. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convocada os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser marcada posteriormente, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Fahim Sawan, Presidente - Fábio Avelar - Antônio Júlio.

ATA DA 13ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 30/5/2007

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Antônio Júlio e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Ademir Lucas e João Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" de 26/5/2007: ofício do Sr. Onaur Ruano, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 433/2007 (Deputado Agostinho Patrús Filho); 635/2007 (Deputada Elisa Costa); 11 e 852/2007 (Deputado Lafayette de Andrada). Registra-se a presença do Deputado Agostinho Patrús Filho. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.025/2007 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Jayro Lessa); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 281/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 931 e 1.137/2007 (relator: Deputado Antônio Júlio); 932/2007 (relatora: Deputada Elisa Costa, em virtude de redistribuição); 934/2007 (relator: Deputado Jayro Lessa). O parecer

sobre o Projeto de Lei nº 930/2007, no 2º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 11/2007, que conclui pela sua aprovação, tem a sua discussão adiada, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Lafayette de Andrada, aprovado pela Comissão. Os Deputados Agostinho Patrús Filho, Ademir Lucas e João Leite retiraram-se da reunião. Os Projetos de Lei nºs 131 e 356/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Antônio Júlio, aprovado pela Comissão, e por determinação do Presidente da Comissão por não cumprir pressupostos regimentais, respectivamente. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e Participação Popular para debater o Projeto de Lei nº 1.070/2007-LDO -; Antônio Júlio em que solicita informações à Secretaria de Fazenda sobre que providências foram tomadas pelo órgão a fim de se apurar a emissão de certidão de débito fiscal falsa, emitida em nome do requerente, pela unidade da Secretaria de Fazenda de Frutal, em dezembro de 2005; Agostinho Patrús Filho em que solicita seja realizada reunião para debater o Projeto de Lei nº 11/2007, as questões ambientais de que trata a Lei nº 7.772, de 8/9/80, e as questões da fiscalização realizada pela Polícia Ambiental e demais órgãos fiscalizadores ambientais do Estado; Lafayette de Andrada em que pleiteia seja oficiado o Secretário de Fazenda solicitando informações para subsidiarem a apreciação do Projeto de Lei nº 597/2007; Zé Maia em que solicita sejam realizadas reuniões na Câmara Municipal de Prata, para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 637/2007, e, nesta Casa, para debater a fiscalização e arrecadação da compensação financeira pela exploração de recursos minerais -CFEM -, em Minas Gerais; e da Deputada Elisa Costa em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a reforma tributária. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Jayro Lessa - Agostinho Patrús Filho - Elisa Costa - Sebastião Helvécio - Antônio Júlio.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/6/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Deputado Getúlio Neiva, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Elbe Brandão, Secretária de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus e do Norte de Minas, publicado no "Diário do Legislativo", em 31/5/2007. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Resolução nº 361/2007 no 2º turno ( Deputado Antônio Carlos Arantes). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 836/2007 (relator: Deputado Padre João ); 886/2007 ( relator: Deputado Chico Uejo); 887/2007 ( relator: Deputado Getúlio Neiva). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 588, 589, 596, 597, 599, 600, 603 e 604/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Chico Uejo em que solicita seja realizada audiência pública desta Comissão no Município de São Gotardo para discussão das demandas do setor agropecuário da região do Alto Paranaíba, em especial dos segmentos das cadeias produtivas do alho, da cenoura e da horticultura. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Padre João, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Chico Uejo.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 5/6/2007

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Célio Moreira, Walter Tosta e Ademir Lucas (substituindo este ao Deputado Célio Moreira, por indicação da Liderança do BSP), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 351, 535 e 964/2007, em 1º turno (Deputado Antônio Júlio); 448 e 486/2007, em 1º turno (Deputado Célio Moreira); 609, 615 e 715/2007, em 1º turno (Deputado Walter Tosta); e 847/2007, em 1º turno (Deputado Carlos Pimenta). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 309/2007, é submetido a votação e é aprovado requerimento do Deputado Ademir Lucas solicitando seja o projeto convertido em diligência ao Procon (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 351/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ademir Lucas, em virtude de redistribuição); 354/2007 com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: Deputado Walter Tosta, em virtude de redistribuição); 613/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Walter Tosta, em virtude de redistribuição); 684/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Célio Moreira); 685/2007 (relator: Deputado Célio Moreira, em virtude de redistribuição); 702/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Célio Moreira ); 751/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ( relator: Deputado Walter Tosta, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio solicitando informações ao Secretário de Estado da Fazenda sobre as providências tomadas por aquele órgão quanto à apuração da emissão de certidão falsa de débito fiscal, emitida em nome do requerente pela unidade da Secretaria de Fazenda de Frutal, em dezembro de 2005; Dalmo Ribeiro Silva solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir os termos do convênio que será assinado entre o Ministério Público do Estado e a Google INC, com vistas à criação de instrumentos de identificação de páginas com conteúdos criminosos; e Délio Malheiros (3) solicitando seja elaborado voto de congratulações com a Faculdade Milton Campos por ter sido seu curso de Administração conceituado com "A" pelo Enade; solicitando sejam realizadas audiências públicas em todas as microrregiões do Estado com o intuito de esclarecer a nova forma de tarifação da telefonia fixa local, tendo em vista a migração da tarifação em pulsos para minutos; e solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão para discutir a demora das Jaris em analisar e decidir os recursos sobre as multas aplicadas pelo DNIT e BHTRANS, em suas respectivas áreas de atuação. A Presidência informa o recebimento do requerimento do Deputado Alencar da Silveira Jr. e outros solicitando seja realizada audiência pública desta Comissão para debater e discutir denúncias de adulteração de combustíveis, sonegação fiscal e tráfico de influência, envolvendo as distribuidoras de combustíveis e de lubrificantes no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2007.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Célio Moreira - Walter Tosta.

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões as Deputadas Gláucia Brandão e Rosângela Reis (substituindo esta ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do PV) e o Deputado Ademir Lucas (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Gláucia Brandão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final e comunica o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei Complementar nº 19/2007, Projetos de Lei nºs 325, 409 e 235/2007 (Deputado Ademir Lucas); 316, 605 e 647/2007 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 19/2007 e dos Projetos de Lei nºs 325 e 409/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 235/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas) e 316, 605 e 647/2007 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Agostinho Patrús Filho.

ATA DA 9ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 6/6/2007

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Miranda, Bráulio Braz e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Bráulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 633 e 637/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini em que solicita seja realizada visita desta Comissão ao Sr. Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de avaliar a possibilidade de liberação de recursos para implementação da segunda linha de análise de leite feita pelo Laboratório de Análise da Qualidade do Leite da Escola de Veterinária da UFMG; Antônio Carlos Arantes em que solicita a realização de debate público, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, para discutir os problemas e as potencialidades da região do Lago de Furnas e o resultado da elaboração dos planos diretores participativos dos Municípios que compõem esta região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Vanderlei Miranda, Presidente - Cecília Ferramenta - Bráulio Braz.

ATA DA 10ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 11/6/2007

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e João Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, a situação dos funcionários públicos sindicalizados da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que denunciam a suspensão do repasse das contribuições sindicais dos filiados e o impedimento de licenças sindicais por parte da administração pública municipal, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Márcio Almeida Dutra, Secretário Municipal Adjunto de Recursos Humanos, prestando informações pertinentes à administração pública do Município de Belo Horizonte e às entidades sindicais representativas dos servidores públicos municipais. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Robson Itamar, Presidente do Sindibel; Robson Torrezani e Wanderson Paiva Rocha, do Sindrede; e a Sra. Neide de Freitas Brum, Presidente dos Fiscais Municipais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada em 12/6/2007, às 15h30min, com a finalidade de realizar audiência pública com convidados, para obter esclarecimentos sobre a violência sofrida por Caius Augustus de Campos Fernandes, em 7/5/2007, na Boate Casa Pueblo, em Nova Lima, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - João Leite.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Participação Popular NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/6/2007

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da Comissão que a subscrevam. Registra-se a presença das Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e dos Deputados João Leite e Carlin Moura. A Presidência informa que a reunião se destina, em audiência pública, no Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil, a apreciar dados referentes ao trabalho rural infantil no Estado e avaliar políticas destinadas a evitar a ocorrência desse tipo de atividades e atender crianças envolvidas nessa situação, e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios do Deputado Jardel Sebba, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e da Deputada Janete de Sá, Presidente da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (31/5/2007). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária da Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, representando o Sr. Custódio Mattos, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendy, Coordenadora do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente; Aparecida da Penha Lago Vieira, Diretora da Secretaria dos Assalariados Rurais da Fetaemg, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente Federação dos Trabalhadores na Agricultura e Pecuária de Minas Gerais; e o Sr. Dagoberto Alves Batista, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença da Vereadora Neila Batista da Câmara Municipal

de Belo Horizonte; dos Srs. João Batista de Oliveira, Subsecretário de Estado de Direitos Humanos, Antônio Roberto Lambertucci, Delegado Regional do Trabalho. O Presidente, Deputado André Quintão, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2007.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/6/2007

Às 10h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Eros Biondini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 32/2007, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Weliton Prado). O Projeto de Lei nº 637/2007, no 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda, a requerimento do relator, Deputado Weliton Prado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 904/2007 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 622, 623, 624 e 634/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Weliton Prado em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os impactos no Estado e nos Municípios do reajuste das tarifas de energia elétrica proposto pela Cemig; e da Deputada Elisa Costa e dos Deputados Weliton Prado e Getúlio Neiva em que solicitam seja realizada audiência pública na cidade de Teófilo Ottoni para discutir a implementação do programa Luz para Todos nas comunidades rurais desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Neider Moreira - Padre João.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/6/2007

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Rosângela Reis e o Deputado Carlin Moura. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o Projeto de Lei nº 11/2007, do Governador do Estado, as questões relativas à fiscalização realizada pela polícia ambiental e pelos demais órgãos ambientais do Estado e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ten.-Cel. Augusto César Souza Dias, Subdiretor, e Cap. Nilson de Jesus Neves, Assessor, representando o Cel. Reinaldo Martins, Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG; Augusto Horta, Chefe de Gabinete, representando o Sr. José Carlos Carvalho, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e Antônio Faria, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se a presença das Sras. Alessandra Rodrigues Marques, Assessora da AMM, e Daniela Varvalhais. A Presidência concede a palavra ao Deputado Agostinho Patrús Filho, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Zé Maia, Presidente - Elisa Costa - Antônio Júlio - Lafayette de Andrada - Carlos Pimenta.

ATA DA 11ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 12/6/2007

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre a violência sofrida por Caius Augustus de Campos Fernandes em 7/5/2007, na boate Casa Pueblo, em Nova Lima. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 225/2007, no 2º turno (Deputado João Leite). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Major BM Ubiracy Tibirissá de Oliveira, Subchefe do Centro de Operações de Minas Gerais-CBMMG -; o Major PM Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante da 1ª Cia. Independente de Nova Lima; os Srs. Sérgio da Silva, Delegado Titular da 47ª Delegacia Seccional de Nova Lima; Antônio Fernandes da Silva, empresário; Jackson Júnior Inácio, representante da boate Casa Pueblo; Edney Oliveira Santiago de Souza, Soldado PM 1ª Classe - 2º GP, 3 PFL, 1ª Cia. da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Paulo Henrique Lima, Cabo PM, 2º GP, 3 PFL, 1ª Cia. da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Silvânia Ribeiro da Silva, Delegada da Polícia Civil, responsável pelo inquérito; Celso Batista Ferreira, Inspetor da Delegacia de Nova Lima; Lowani Beviláqua, proprietária da Casa Pueblo; Vinícius Álvares de Oliveira; Delfino Garcia Neto, Adriano Lúcio dos Santos e Guilherme de Souza Borges, advogados, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo e João Leite em que solicitam sejam convocados o Ten.-Cel. Edson Hilário, Comandante do 1º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, o Major Sebastião Antônio Braz, Coordenador do plantão no 10º Batalhão do CBMMG no dia 7/5/2007, o Major Ubiracy Tibirissá de Oliveira, Subchefe do CBMMG, e toda a equipe que atuou na unidade do resgate que atendeu a Caius Augustus de Campos Fernandes, em Nova Lima, para prestarem esclarecimentos sobre a rotina e a metodologia de atendimento de emergência do resgate, especialmente sobre a ocorrência citada e sobre a decisão de não conduzir a vítima a uma unidade hospitalar; João Leite (2) em que solicita sejam enviados ofício e cópia das



notas taquigráficas da reunião ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte, sugerindo que se retomem as negociações com as entidades sindicais e associações representativas de servidores e empregados públicos das administrações direta e indireta do Município, com vistas a debater a sistematicidade do repasse das contribuições sindicais e a regulamentação do parágrafo único do art. 58 da Lei Orgânica do Município, que dispõe sobre a liberação de servidores e empregados públicos para o exercício de mandato eletivo em diretoria executiva de entidade sindical e associativa; e seja enviado ofício ao Comandante da 1ª Companhia Independente da Polícia Militar em Nova Lima, pedindo listagem das ocorrências registradas nessa Companhia referentes a recusas de pagamento em bares, restaurantes e casas noturnas em Nova Lima, no ano de 2006 e no primeiro semestre deste ano, especificando o número das viaturas e o nome dos policiais que atuaram nesses procedimentos; Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado ofício à Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar, pedindo tomada de providências para abertura de procedimento a fim de apurar os fatos ocorridos no atendimento da vítima Caius Augustus de Campos Fernandes, ocorrido em 7/5/2007, em Nova Lima; sejam encaminhadas cópias das notas taquigráficas da reunião à Corregedoria do Corpo de Bombeiros Militar, à 1ª Cia. Independente da Polícia Militar, à Promotoria de Justiça Criminal e à 47ª Delegacia Seccional de Polícia Civil de Nova Lima; seja enviado ofício à Superintendência Regional da Polícia Federal em Minas Gerais, pedindo tomada de providências para averiguar se a empresa que presta serviços de segurança à boate Casa Pueblo, em Nova Lima, é devidamente autorizada para esse trabalho; e sejam convidados o Corregedor do Sistema Penitenciário, o Subsecretário de Administração Penitenciária e o Superintendente de Organização Penitenciária para prestarem esclarecimentos sobre a proibição de visitas da Comissão a carceragens de delegacias e a outras unidades prisionais no Estado; e Neider Moreira em que solicita à Comissão tomada de providências com relação a denúncia de tortura que teria sido praticada por policiais militares contra Diego Silva, em Montes Claros. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente - Ruy Muniz - João Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/6/2007

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Weliton Prado. Havendo número regimental, o Deputado Hely Tarquínio, no exercício da Presidência, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Paulo Pires, Vereador à Câmara Municipal de Uberaba, e Heder Ribeiro da Silva, em que encaminham denúncias. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 236, 878 e 943/2007 em 1º turno (Deputado Hely Tarquínio); 366/2007 em 1º turno e 1.080/2007 em turno único (Deputado Doutor Rinaldo); 465/2007 em 1º turno, 1.035/2007 em turno único e 122/2007 em 2º turno (Deputado Carlos Pimenta); 601/2007 em 1º turno e 1.059/2007 em turno único (Deputado Ruy Muniz). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 667 e 756/2007 com emendas que receberam o nº 1, apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Ruy Muniz); e pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 26/2007 com a Emenda nº 1, apresentada pelo relator, e 247/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Doutor Rinaldo); 349/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pelo relator, Deputado Carlos Pimenta; e 634/2007 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Hely Tarquínio). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 293/2007, no 1º turno (relator: Deputado Doutor Rinaldo), deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 315/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio), 853/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo), 860/2007 (relator: Deputado Ruy Muniz), 911/2007 (relator: Deputado Doutor Rinaldo); 914/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio), 938/2007 (relator: Deputado Ruy Muniz) e 1.001/2007 (relator: Deputado Ruy Muniz). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 577 e 636/2007. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz e Dinis Pinheiro (3), em que pedem seja solicitado ao Secretário de Saúde o fornecimento de seringas adequadas e de, no mínimo, quatro fitas reagentes para medição de glicose, por dia, para as crianças portadoras de diabetes; e o fornecimento de insulina de ação ultra-rápida em todos os postos de saúde; seja solicitada à mesma autoridade a criação de novos Centros Viva Vida; e sejam solicitadas à Secretária de Educação providências para o diagnóstico precoce do diabetes nas crianças em idade escolar, realizando-se também campanhas educativas para esclarecer a comunidade escolar quanto à importância desse diagnóstico; Doutor Rinaldo, em que solicita seja enviado ofício ao Secretário de Saúde, convidando o responsável técnico da área central de regulação a prestar esclarecimentos sobre o funcionamento dessa área; Ruy Muniz e Carlos Pimenta, em que solicitam seja realizada visita ao hospital mantido pela Loja Maçônica Grande Oriente, em Ribeirão das Neves, o qual aguarda credenciamento do SUS para atender à população da região Norte de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2007.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Arlen Santiago.

ATA DA 12ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 13/6/2007

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, João Leite e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ruy Muniz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, a série de reportagens do jornalista Lucas Figueiredo, publicadas no "Estado de Minas", sobre documentos relativos à atuação do Exército brasileiro durante a ditadura militar no País. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Lucas Figueiredo, jornalista do "Estado de Minas"; Heloísa Grecco, representante do Instituto Helena Grecco de Direitos Humanos e Cidadania; Valéria Maria de Araújo, representante dos familiares de mortos e desaparecidos políticos; e Gilse Cosenza, Coordenadora do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz - Cebrapaz - e da Comissão de Anistiados Políticos de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Ruy Muniz (2) em que solicita seja formulada manifestação de apoio à família de Sidney Júnior, desaparecido em 7/6/2007, em Montes Claros, em razão do encontro de seu corpo, no dia 11/6/2007, com sinais de violência sexual; e seja realizada visita conjunta da Comissão e da de Saúde ao hospital construído pela Loja Maçônica Grande Oriente de Minas Gerais, em Ribeirão das Neves, que não se encontra funcionando, apesar de já ter suas obras concluídas e de o poder público ter investido R\$2.000.000,00 na construção do hospital; Durval Ângelo e Ruy Muniz em que solicitam seja enviado ofício ao Sr. Lucas Castro Figueiredo, repórter especial do Estado de Minas, pedindo cópia do livro mantido sob sigilo pelo Exército brasileiro, intitulado "Livro Negro do Terrorismo no Brasil", para o Arquivo Público Mineiro, para fazer parte do acervo do Memorial da Ditadura e assegurar acesso às informações contidas nesse documento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2007.

João Leite, Presidente - Ademir Lucas - Antônio Júlio.

## ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 53ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 19/6/2007

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

#### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da Indicação do Dr. Ayres Augusto Álvares da Silva Mascarenhas para Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que revoga o parágrafo único e acrescenta parágrafos ao art. 38 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor policial civil. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 597/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.190, de 22/6/2006, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 19/6/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 23/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 37/2007, do Deputado André Quintão; 50/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 125/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 164/2007, do Deputado Gustavo Valadares; 368/2007, do Deputado Arlen Santiago; 387/2007, do Deputado Paulo Cesar; 394/2007, do Deputado Antônio Júlio; 454/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 537/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 582/2007, do Deputado Gustavo Corrêa; 596/2007, do Governador do Estado; 662/2007, do Deputado Gilberto Abramo; 734/2007, do Deputado André Quintão; 826/2007, do Deputado Arlen Santiago; 973/2007, do Deputado Fábio Avelar e do Deputado Adalclever Lopes; 1.017/2007, de autoria popular; 1.019/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.065/2007, do Deputado Sebastião Costa; 1.069/2007, do Deputado Weliton Prado; 1.093/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 1.110/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.123/2007, do Deputado Délio Malheiros; 1.133/2007, do Deputado Jayro Lessa; 1.144/2007, do Deputado Adalclever Lopes; 1.149/2007, do Deputado Durval Ângelo e do Deputado André Quintão; 1.154/2007, do Deputado Paulo Cesar.

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.066/2007, do Deputado Tiago Ulisses.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 15ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 19/6/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 647/2007, do Deputado Hely Tarquínio, e 684/2007, do Deputado Carlos Mosconi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 19/6/2007

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 446/2007, do Deputado Leonardo Moreira.

Em turno único: Projeto de Lei nº 714/2007, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.038/2007, do Deputado Neider Moreira; 975/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 759/2007, do Deputado Zé Maia.

Requerimento nº 646/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 19/6/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do Sr. Ayres Augusto Álvares da Silva Mascarenhas para Presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais; e, 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que revoga o parágrafo único e acrescenta parágrafos ao art. 38 da Constituição do Estado; do Projeto de Resolução nº 361/2007, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a alienação da terra devoluta que especifica; do Projeto de Lei Complementar nº 20/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a aposentadoria especial do servidor policial civil; e dos Projetos de Lei nºs 20/2007, do Deputado Eros Biondini, que modifica a Lei nº 13.188, de 20/1/99, que dispõe sobre a proteção, o auxílio e a assistência às vítimas de violência no Estado e dá outras providências; 597/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 16.190, de 22/6/2006, que estabelece as tabelas de vencimento básico das carreiras do Grupo de Atividades de Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Poder Executivo e das carreiras de

Técnico Fazendário de Administração e Finanças e de Analista Fazendário de Administração e Finanças e dá outras providências; e 1.137/2007, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Centralina os imóveis que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de junho de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Almir Paraca, Rômulo Veneroso e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2007, às 10 horas, no salão paroquial da igreja matriz do Município de Buenópolis, com a finalidade de se discutirem, em audiência pública, questões atinentes ao plantio de eucalipto no entorno do Parque Estadual da Serra do Cabral e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da Comissão de Direitos Humanos; os Deputados Sargento Rodrigues, Paulo Cesar, Délio Malheiros, Leonardo Moreira e Luiz Tadeu Leite, membros da Comissão de Segurança Pública, para a reunião a ser realizada em 19/6/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ronaldo Magalhães, Neider Moreira e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/6/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Weliton Prado, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Célio Moreira, Lafayette de Andrada, Adalclever Lopes e André Quintão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/6/2007, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2007, do Deputado Weliton Prado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Inácio Franco, Presidente.

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

##### Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Juninho Araújo, Djalma Diniz, Gil Pereira e Paulo Guedes, membros da supracitada Comissão, para reunião com convidados, a ser realizada dia 22/6/2007, às 10 horas, na igreja matriz de Serra Azul de Minas, destinada a debater, em audiência pública, a situação das estradas da região integrante da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -, em especial a MG-010, e a discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Gustavo Valadares, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.097/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

### Relatório

De autoria do Deputado Elmiro Nascimento, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Chamas Vivas de Coromandel, com sede nesse Município.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.097/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Chamas Vivas de Coromandel, que tem por finalidade precípua realizar obras e ações para melhorar a qualidade de vida da população local.

Dessa forma, desenvolve atividades educacionais, recreativas, sociais, esportivas e culturais; promove a proteção à saúde da família, e crianças e idosos, combate a fome e a pobreza; mantém creche e asilo; executa serviços de radiodifusão comunitária; edita material educativo sobre a preservação do meio ambiente; celebra convênios com instituições públicas e entidades privadas para subsidiar suas iniciativas.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.097/2007 em turno único.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Walter Tosta, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 1.131/2007

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

### Relatório

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação de Assistência Comunitária Lano Rezende - Acolar -, com sede no Município de Campanha.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.131/2007 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Assistência Comunitária Lano Rezende, com sede no Município de Campanha, que possui como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida da população local, especialmente o segmento mais carente. Na consecução dos seus propósitos, implementa ações nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer; combate a fome e a pobreza; facilita a inserção de seus associados no mercado de trabalho; promove a proteção à saúde da família, da gestante e da infância.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

### Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.131/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2007.

Walter Tosta, relator.

## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/6/2007

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Assembléia, hoje, dia 5 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Nenhuma data é mais propícia que essa para meditarmos e raciocinarmos sobre o que significa em nossas vidas a proteção e a defesa do meio ambiente.

Em relação ao meio ambiente, temos uma visão talvez diferente da de outras pessoas. Para nós, o homem é o principal ser que integra o meio ambiente, e para ele devem convergir todos os recursos naturais. Faço essa advertência porque, muitas vezes, as leis, quando chegam ao exagero e à pretensão de proteger o meio ambiente, acabam espantando o homem. Ou seja, acabam retirando do ser humano sua condição mínima de sobrevivência e, ao mesmo tempo, dão aos seres não inteligentes do planeta mais importância que a que se dá ao ser humano.

Neste Dia Mundial do Meio Ambiente, temos a oportunidade de dosar as coisas. Precisamos proteger o meio ambiente para que o homem se sinta protegido, para que haja verdadeira proteção ao cidadão, ao ser humano.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte) - Aproveito o seu pronunciamento para cumprimentá-lo pela lembrança do Dia Mundial do Meio Ambiente. Nesta data, a humanidade como um todo discute o tema, faz reflexões acerca do mundo em que vivemos, já que a atividade humana levou-nos a viver atualmente em uma situação de risco. É preciso, cada vez mais, debatermos a questão ambiental, que é muito séria.

Aproveito o aparte para comunicar a todos os Deputados, bem como aos telespectadores da TV Assembléia, que, assim como acontece todos os anos, esta Casa dedicará um dia à reflexão acerca da questão ambiental. Essa comemoração dá-se normalmente no Dia Mundial do Meio Ambiente, porém, em virtude da agenda desta Casa, não será possível fazer essa comemoração hoje.

No entanto, por meio de requerimento de minha autoria, que contou com o apoio de praticamente todos os Deputados desta Casa, iremos comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente no próximo dia 14, às 14 horas. Na oportunidade, como acontece todos os anos, procuraremos homenagear as pessoas que se destacaram durante o ano na realização de alguma atividade relevante ligada ao meio ambiente. Neste ano, com muito orgulho, homenagearemos uma figura ímpar, o Prof. Ângelo Machado, que estará aqui no dia 14 para receber a homenagem desta Casa legislativa.

Aproveito ainda para informar que, por meio de uma parceria com o IEF - ao mesmo tempo em que homenagearemos essa instituição e como uma maneira de contemplarmos simbolicamente o meio ambiente -, estaremos distribuindo cerca de mil mudas às pessoas que aqui comparecerem.

Agradeço-lhe o aparte. Desde já, convido todos a participarem da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, no dia 14. Obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Agradeço-lhe, Deputado Fábio Avelar, a participação. Estaremos juntos na comemoração a ser realizada no dia 14.

Sr. Presidente, há pouco ouvimos a boa notícia trazida pela Deputada Ana Maria Resende a respeito da presença e da posição conquistada pela Unimontes no "ranking" das faculdades, das universidades brasileiras. É um dia especial para nós, Deputados da base do governo, parlamentares votados no Norte de Minas, Deputados oriundos de Montes Claros e de outras cidades norte-mineiras. Vemos a Unimontes em tão importante patamar, como a 2ª melhor universidade do Brasil, fruto do trabalho de toda uma equipe, conforme nos mostra a história de que é parte a Unimontes.

Escrevi um comentário e gostaria de lê-lo para os senhores e senhoras, visto que expressa meu melhor sentimento em relação à Unimontes. (- Lê: )

"Essa Unimontes que hoje enche a todos de orgulho eu praticamente vi nascer. Se ela hoje completa 45 anos, com certeza participo de sua história desde 1969, portanto, há 38 anos, praticamente durante quase toda a sua existência.

Em 1969, eu, ainda no vendor dos meus 16 anos e ainda seminarista da Escola Apostólica São Norberto, comecei a trabalhar à noite na faculdade de filosofia, quando ainda era a Fundação Universidade Norte-Mineira - FUNM -, mais especialmente como auxiliar de secretaria. Aprendi com a Secretária Adélia Miranda de Oliveira os primeiros ensinamentos, e na Fafil, que funcionou durante muitos anos naquele velho casarão nos fundos da matriz, eu era o porteiro, proibia a entrada de quem não havia pago a mensalidade, transferia as notas para as cadernetas, anotava as faltas. Enfim, fazia tudo que é preciso fazer.

Naquela época, lembro-me bem, não havia computadores, nem sombra deles, e a gente "catilografava" tudo era na máquina de escrever mesmo. Modéstia à parte eu era bom de datilografia, mas o Luiz Miranda, irmão da Adélia, era melhor do que eu. Da faculdade de filosofia fui para a Rádio Sociedade, depois que saí do seminário.

Em 1973 fiz vestibular na faculdade de economia, lá estudei durante um ano e, ano seguinte, fiz novo vestibular para Direito, em que formei em 1978. No ano seguinte, comecei a advogar e a lecionar Direito Penal para o 4º ano de Direito da Fadir, onde fiquei até 1982. Aí, já Vereador deste 1976, fui candidato e fui eleito Prefeito de Montes Claros, quando tive de interromper minhas aulas, das quais guardo ótimas recordações, mesmo porque meus alunos da época hoje são Juizes, Delegados de Polícia, Promotores de Justiça, brilhantes advogados, e há até um Desembargador, Edílson Fernandes, que hoje é um dos mais jovens e competentes julgadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Como Prefeito, sempre dei atenção à nossa universidade, já transformada de fundação em uma verdadeira universidade, a Unimontes, e só não construí o ginásio poliesportivo em seu terreno, para depois transferir-lhe a propriedade - como era minha intenção -, porque a sua diretoria à época não aceitou.

Deputado Federal, Prefeito pela segunda vez, Deputado Estadual e mesmo Secretário de Justiça e Direitos Humanos, sempre procurei participar do esforço de crescimento desta que hoje é o orgulho de todos. Nela fui servidor administrativo, aluno de duas faculdades e professor. E, como nunca fui demitido, embora tivesse até carteira assinada como professor da faculdade de Direito, sinto-me meio licenciado, portanto ainda umbilicalmente ligado à Unimontes.

Toda essa história que acabo de contar é para demonstrar quanto estou feliz, quando, depois de uma história marcada pelo sacrifício, pela luta árdua, a Unimontes consegue, com grande mérito, ver aprovados pelo Enade dois de seus cursos como os melhores do Brasil: o de Direito, justamente o que cursei e no qual lecionei, e o Normal Superior. E mais, o mesmo Enade, segundo o jornal "O Globo" de ontem, apontou a Unimontes como a 2ª melhor universidade do Brasil.

Enche-me de satisfação destacar o esforço de muitos, entre os quais posso citar: João Vale Maurício, Mário Ribeiro, Raimundo Deusdará, Raimundo Avelar, Georgino Jorge de Souza, João Luiz de Almeida, Augusto Vieira Neto, Arnaldo Athayde Dias, Antônio Jorge e o grande Reitor José Geraldo de Freitas Drummond. A esses soma-se o trabalho mais recente da equipe comandada pelo Prof. Paulo César Gonçalves de Almeida, o atual Reitor, que lidera uma competente equipe de Diretores, professores e pessoal administrativo, podendo eu citar o Vice-Reitor, João Canela, os meus ex-alunos Sebastião Vieira Filho e Reinaldo Teixeira, a Dra. Mercês Borém, o contador Wilson Atair, entre muitos outros, tendo esse esforço coletivo levado a Unimontes e seus cursos superiores, hoje oferecidos com a excelência do melhor ensino superior do Brasil, a obter essa excepcional avaliação dos órgãos especializados do governo federal. Hoje a Unimontes é respeitada até internacionalmente pela qualidade do ensino que oferece, e isso acaba de ser comprovado pelos levantamentos oficiais, o que só pode encher de orgulho todos os seus

alunos. Os seus alunos sabem que, ao deixarem a universidade, o seu diploma vai valer mais, justamente porque acabaram de se formar em uma escola que está avaliada como das melhores do País. Esse fato tem de ser divulgado, tem de ser comemorado e tem de ser destacado, e eu me sinto também orgulhoso por ter participado - embora modestamente -, como demonstrei, como funcionário, aluno, professor, Prefeito, Deputado e Secretário, da maior parte da história dessa universidade, que agora está comemorando mais um ano de existência, com o que de melhor poderia ter para apresentar: esse reconhecimento oficial, essa chancela, esse carimbo de qualidade da 2ª melhor instituição pública que temos no Brasil. Orgulho de Montes Claros e do Norte de Minas. Queremos que a Unimontes continue como sempre foi: sertaneja, com o pé no chão, servindo de guarida a todas as tendências do pensamento humano. Esse é o verdadeiro espírito da Unimontes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Arlen Santiago\* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários da Casa, senhores e senhoras telespectadores, caro amigo Deputado Rêmoló Aloise, importante Deputado desta Casa, que sempre nos tem orientado, trago hoje o jornal "O Globo", que ontem não chegou às bancas de Belo Horizonte, porque o carro que trazia esse jornal quebrou perto de Conselheiro Lafaiete.

Normalmente a grande imprensa brasileira não dá o devido valor a Minas Gerais e aos mineiros. Ficamos perplexos por saber o porquê de "O Globo", depois de muitos anos, um dia não chegar até aqui.

Na primeira página desse jornal, consta uma reportagem que diz que Lula e Chávez divergem de novo. Fico impressionado, ao ver que a nossa imprensa dá tanto espaço para esse Presidente venezuelano e suas fanfarrônicas e também para a implantação de uma ditadura na América do Sul. Logo ao lado, também podemos ver um assunto que acaba de ser abordado pela Deputada Ana Maria Resende e pelo Deputado Luiz Tadeu Leite, com a seguinte conotação do "O Globo": Universidades do Rio estão fora do topo do "ranking" das melhores do País.

O nosso tão belo Rio de Janeiro, que contribuiu muito para a história do nosso país, é hoje ícone da insegurança pública. Fico pensando quando se fala nas polícias. Temos 50 mil horas de gravação. Se fossem colocadas 5 mil horas de gravação, de inteligência, será que não conseguiríamos diminuir a insegurança e devolver essa cidade maravilhosa aos cariocas e aos brasileiros? A primeira página do jornal cita que o Rio está fora do topo; e a terceira, relaciona as 50 instituições mais bem avaliadas pelo MEC.

Caros telespectadores, o Ministério da Educação e Cultura criou uma prova para avaliar as instituições de ensino. É impressionante como a seriedade do povo mineiro, essa vontade de construção de um Estado e um país melhores, é tão bem encarnada pelo povo! Hoje, Minas volta novamente ao cenário nacional através das coisas boas que têm ocorrido no primeiro e no segundo governos do Aécio Neves. Vemos que o maior projeto rodoviário do País está sendo feito aqui: são mais de 120 obras em andamento, levando asfalto a cidades longínquas do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Noroeste. Vemos também que esse espírito faz com que a Universidade Federal de Minas Gerais seja avaliada, nos seus 40 cursos, como a melhor do País, onde os alunos estão aprendendo mais.

A Universidade Estadual de Montes Claros é a 2ª mais bem avaliada do País. Fala-se muito da pobreza no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, mas sabemos que o cenário está mudando. Percebemos a luta do povo norte-mineiro pela busca de investimento e atração de parcerias com governantes importantes de Minas Gerais, como o nosso querido Dr. Hélio Garcia. Agora, há ênfase em projetos e aplicação de recursos, com a boa gestão do Governador Aécio Neves e do Vice-Governador Anastasia, que, desde os tempos em que era Chefe de Gabinete da Secretaria de Planejamento e Gestão, quando o Paulo Paiva lá estava, tinha um carinho especial pela Unimontes.

Essa universidade tem feito muito pela transformação do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha. Sua classificação como 2ª melhor universidade estadual do País mostra que as pessoas que lá estudam e lecionam têm interesse e capacidade. Isso acaba com a mística de que a miséria, a pobreza, a pouca cultura e o pouco aprendizado estão no Norte do Estado. A matéria do jornal "O Globo", ao colocar a Unimontes nesse patamar, demonstra que o povo da região se tem organizado, estudado e procurado melhorar.

Vemos a formação da bancada norte-mineira nesta Casa, que possui oito Deputados - o que representa quase 12% da composição total, não havendo lá sequer 12% do eleitorado do Estado.

Estamos sentindo que precisamos organizar-nos e ter escolas melhores a cada dia. Queremos dizer ao Governador Aécio Neves que ele já tem investido muito na Unimontes, mas precisa investir ainda mais, porque está comprovado que o resultado aparece.

Depois da nossa Unimontes, temos mais três universidades federais de Minas Gerais. Se as federais são "federais", isso prova que o povo mineiro está aprendendo mais e deseja melhorar o nosso país.

Já vimos a terceira que está aqui, que é a Universidade Federal de Viçosa, terra do nosso Secretário de Governo, Danilo de Castro. Antes dela há a Universidade Federal de Juiz de Fora, que brilha aqui com 28 cursos avaliados. Em 5º lugar, a Universidade Federal de São João del-Rei, terra de Tancredo Neves e do nosso Governador, Aécio Neves, que tem promovido parcerias com as regiões mais pobres. O Reitor da UFSJ saiu de lá e promoveu uma parceria conosco em Salinas, onde temos o feldspato, que é vendido a R\$12,00 a tonelada. Esse produto serve para as indústrias fabricarem louças, vasos sanitários e pias caríssimas, que são vendidos para a população. A UFSJ foi chamada pelo povo de Salinas e está preparando um projeto, para que esse feldspato seja mais bem-aproveitado; aliás, o Prefeito Zé Prates tem feito isso com mestria, para agregar valor à região.

Gostaria de cumprimentar a todos os mineiros, pois fomos capazes de ter alunos e professores nas cinco melhores escolas do Brasil - todas de Minas Gerais. Além disso, o Reitor Paulo César de Almeida, meu companheiro de partido, que, pelo segundo mandato, hoje tão bem dirige a nossa Unimontes; seus Pró-Reitores, Diretores de cursos, professores e serviços e funcionários do hospital universitário, que, aliás, se está tornando um grande hospital... A partir de uma emenda nossa, de uma lei aprovada nesta Casa, conseguiram receber a sua gratificação de incentivo à eficiência do serviço, que aliás tem sido demonstrada aqui.

Parabenizo os mineiros por termos aí tão bem-colocadas no "ranking" as nossas universidades e, ainda, os norte-mineiros, por estarem fazendo a melhor universidade estadual do Brasil e a 2ª melhor universidade.

Gostaria de falar sobre o Dia do Meio Ambiente. Hoje, de manhã, participei de uma reunião com a Diretora-Geral do Igam, que nos recebeu muito bem e ficou extremamente assustada com algumas coisas que lhe estamos mostrando. Na próxima semana levaremos o fechamento de inúmeras companhias de produção de granito no Vale do Jequitinhonha, na junção com o Norte de Minas, de Medina e Águas Vermelhas. É impossível produzir algo naquela região, que é tão carente de emprego, com leis e decretos do meio ambiente de Minas Gerais e do Brasil. Várias empresas já mandaram embora metade dos seus 300, 440 funcionários; e, na próxima semana, mandarão a outra metade. Muitas serão fechadas, pois a taxa de licenciamento cobrada de uma fábrica de granito custa atualmente R\$7.000,00 por hectare. Não temos terra nesse valor naquela região, no Jequitinhonha e no Norte de Minas, onde o emprego está acabando.

Deputado Domingos Sávio, antes de conceder-lhe aparte, gostaria de dizer que, num determinado momento, na linda e maravilhosa região de

Pandeiros, em Januária, o IEF proibiu toda a extração de carvão possível; aí, um mês depois, quatro pessoas morreram de fome.

O meio ambiente está bastante preservado. O Deputado Carlos Pimenta é majoritário em Bonito de Minas, uma das cidades que tem a maior preservação ambiental. Quase 60% da população da cidade está passando fome. Agora, mais um agravante: os nossos amigos, irmãos do Triângulo Mineiro, que não preservaram a região, que têm mais chuva do que nós, estão indo para Bonito de Minas e comprando a consciência preservacionista daquele povo, que não pôde desenvolver-se. Ficará, agora, obrigado a não fazê-lo.

Manifestei hoje uma indignação maior ao Igam. Está havendo fiscalização com polícia, com fiscais indo atrás dos pequenos fazendeiros da região do Norte de Minas. Se um poço artesiano, que custa R\$600,00, Deputado Rêmoló Aloise, que mantém aquela pequena propriedade, Deputado Gilberto Abramo, se não estiver tudo documentado, paga-se uma multa diária, fruto de um decreto da Secretaria de Meio Ambiente, de R\$1.500,00 por dia. Isso é confisco.

Neste Dia do Meio Ambiente, nós, do Norte de Minas, não temos o que comemorar. Estamos vendo arrecadação recorde de meio ambiente a cada dia, o IEF comprando mais helicópteros, o Igam com mais fiscais, a polícia ambiental com mais carros, e, no entanto, a população sem poder trabalhar.

Vamos acabar com o meio ambiente lá ou acabaremos com a população, que passará mais fome ainda e terá de ir para o Bolsa-Família? Essa é a situação dramática da região.

Concedo aparte ao nobre colega que esteve conosco em Araçuaí, há poucos dias, testemunhando o sofrimento da região, Deputado Domingos Sávio.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Obrigado, Deputado Arlen Santiago, V. Exa. traz a essa tribuna dois assuntos extremamente importantes.

Primeiro, congratulo-me com V. Exa. pelo resultado positivo que vimos de alguns cursos da Unimontes e da Uemg. É com alegria que dou o testemunho de que o "campus" da Uemg de Divinópolis, Fundação Educacional de Divinópolis, obteve o primeiro lugar nacional no curso de Publicidade e Jornalismo. Esteve também entre os melhores nos cursos de Enfermagem, Engenharia e outros, o que mostra que, com todas as agruras, com todo o sacrifício, a nossa Uemg, a Unimontes e outras universidades públicas estão indo bem. O mesmo não ocorre com a indústria das universidades privadas, que dá sinal de que precisamos acender as luzes amarela e vermelha, porque viraram indústria de diplomas, com o resultado pífio que tiveram.

O segundo tema que V. Exa. abordou é igualmente relevante. Neste Dia do Meio Ambiente, todos estamos preocupados e querendo a sua defesa, mas não podemos deixar de discutir o desenvolvimento sustentável.

Aprovei nesta Casa, com o apoio de V. Exa., um requerimento propondo a realização de um seminário para debatermos o licenciamento ambiental e o desenvolvimento sustentável. Essas duas coisas precisam conviver harmonicamente. Precisamos, sim, de licenciamento ambiental, não podemos pensar em abolir esse mecanismo de controle, mas precisamos também de desenvolvimento sustentável. Fizemos a proposta, com a acolhida do Presidente, e foi-nos prometido que em junho teríamos o seminário.

Portanto, é muito oportuno o pronunciamento de V. Exa. para que possamos unir-nos para termos um seminário sobre licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável, para discutirmos taxas, prazos e critérios. O ser humano é parte do meio ambiente e não pode ficar esquecido.

Muito obrigado pelo aparte. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Arlen Santiago\* - Concluindo, caro Presidente, a Deputada Ana Maria Resende, após a reunião que tivemos com a Bancada, trouxe-nos aqui o Decreto nº 44.309, de 5/6/2006, que diz que quem tiver um poço artesiano na sua casinha, no fim da propriedade, se não tiver, por acaso, os R\$600,00 para fazer a outorga, passará a pagar R\$1.500,00 por dia de multa. Temos, nesse caso, às vezes, um distrito com um poço artesiano que dá água para 200, 300 ou 400 famílias da região, pagando uma taxa de energia elétrica, mas que, se não tiver a outorga, pagará uma multa de R\$1.500,00. Aliás, já está vigorando desde 2006.

Realmente, a informação que tive da existência dessa multa de R\$1.500,00 para se ter água para consumo humano, para a pessoa manter a sua vaquinha e ter o leite para sua criança é um absurdo, e não nos calaremos. Pediremos ao Governador Aécio Neves que mande o Secretário José Carlos Carvalho fazer uma reavaliação dos absurdos que estão acontecendo na nossa legislação, principalmente de multa ambiental.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e todo o povo mineiro que nos assiste pela TV Assembléia. Hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente, criado há cerca de 30 anos pela Assembléia Geral da ONU. Gostaria de aproveitar esta data tão especial para, neste meu pronunciamento, homenagear todos os que lutam para preservar o meio ambiente, os que defendem o conceito de desenvolvimento com sustentabilidade e acreditam que com ações concretas havemos de vencer esse desafio com que se depara o planeta.

Temos de agir. Cada um de nós deve fazer a sua parte para a preservação das condições mínimas de vida na Terra, hoje e no futuro. Precisamos poupar os recursos naturais, combater o consumismo e jamais perder a fé de que podemos mudar o destino da humanidade. Gostaria de destacar a política ambiental integrada, implantada no governo do Presidente Lula, e pensada para avançar em direção a um novo conceito de desenvolvimento sustentável. A base dessa nova política foi a integração das ações, dos ministérios, dos orçamentos, e principalmente do governo e da sociedade. Para isso foram estabelecidas três diretrizes para conduzir esse novo modelo de política ambiental: desenvolvimento sustentável, fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama - e controle e participação social.

A partir daí foram organizados os processos de licenciamento, controle do desmatamento na Amazônia, do uso da terra, preservando ecossistemas que não poderiam ser perdidos. Além disso, o governo avançou na aprovação de normas e regulamentações como a Lei de Gestão de Florestas Públicas, que permitiu a organização do setor florestal brasileiro; a criação da limitação administrativa provisória, garantindo que áreas com potencial de preservação não sejam destruídas, antes de tornarem-se unidades de conservação. Houve também a aprovação da Lei da Mata Atlântica, que abriu caminho para leis específicas em outros biomas.

Também sob a Presidência do Brasil foram feitos acordos que representam avanços para as políticas públicas em outros países. Todas as medidas foram marcadas por intensa participação social, refletidas nas conferências nacionais de meio ambiente, no Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Ministério do Meio Ambiente, sob o comando de Marina Silva, realizou concursos, enquadrando carreiras e melhorou muito os salários dos seus profissionais.



Hoje os países ricos estão tendo uma postura conservadora, para não dizer falsa, no debate sobre mudanças climáticas. É reconhecido pela ONU e por cientistas em todo o mundo o fato de que a elevação prevista de 2°C no clima terá conseqüências desastrosas para a Terra. A mudança no clima pode provocar o derretimento da cobertura gelada da Groenlândia, o colapso da floresta tropical Amazônica, o agravamento da desertificação no semi-árido. Esses fatos afetam, principalmente, os países pobres. A temperatura média global é afetada pela concentração de gases do efeito-estufa. Por isso é necessário reconhecer que a humanidade está diante de um desafio cuja solução terá de ser tomada em escala planetária.

Assim, todos os países deverão estar engajados nessa tarefa, tomando providências que exigirão mudanças de padrões de consumo "per capita", alteração nos planos de industrialização e da agroindústria e adoção do conceito de desenvolvimento sustentável no crescimento econômico. Não podemos desconhecer que os maiores poluidores do Planeta são os países mais ricos, com farto poder militar e econômico. Gostaria de lembrar que o Brasil contribui apenas com 2% de emissão dos gases de efeito estufa no Planeta; porém, devemos buscar reduzir esse coeficiente.

Gostaria também, neste pronunciamento, de lembrar dois projetos de lei de minha autoria que estão tramitando nesta Casa Legislativa e que representam nosso esforço de contribuir para a busca do equilíbrio ambiental que tanto desejamos. Um deles é o Projeto de Lei nº 68/2007, que trata da alteração na lei do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro. Inicialmente o projeto priorizou a bacia do Rio Jequitinhonha na destinação de recursos do Fundo. Durante a tramitação, e especialmente após audiência pública realizada com grande sucesso na Comissão de Fiscalização Financeira, o projeto incorporou antigas solicitações dos comitês de bacias hidrográficas, adotando critérios objetivos para aplicação dos recursos do Fhidro. Uma das conclusões da audiência foi a de que o Fhidro precisa de mais verbas para financiar todos os 120 projetos apresentados até hoje. Essa preocupação, incorporada no substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente, foi muito bem recebida pelos comitês de bacias hidrográficas de Minas, pois representa um verdadeiro destravamento na liberação dos recursos, além de acatar outras importantes reivindicações elaboradas durante a realização do Fórum das Águas. Dessa forma, vai viabilizar a execução, a fundo perdido, de programas, projetos ou empreendimentos de proteção e melhoria dos recursos hídricos aprovados pelos comitês de bacias. Hoje o projeto está pronto para ser votado em 1º turno, e pedimos o apoio de todos os Deputados desta Casa, para sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1.

Outro projeto importante é o Projeto de Lei nº 6/2007, que altera a lei de política florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Esse projeto obriga o proprietário ou o possuidor de imóvel rural, se necessário, a recompor, em sua propriedade ou em outra situada na mesma bacia hidrográfica e no território do Estado, a área de reserva legal. Ele é fundamental no território mineiro, onde os rios estão cada vez mais poluídos e cada vez mais se devastam biomas, como o da mata atlântica e o do cerrado, pelas mais diversas atividades, como monoculturas extensivas, uso abusivo de agrotóxicos e ação de mineradoras.

Fruto do seminário legislativo sobre o cerrado mineiro, este projeto, que tramitou na legislatura anterior, ganha especial importância no momento em que o avanço da cultura da cana-de-açúcar para produção de etanol tem levado diversos produtores a recompor suas reservas legais em regiões bem diferentes das suas áreas, com evidente prejuízo para os ecossistemas originais.

O que estamos propondo é apenas o cumprimento das diretrizes já existentes na legislação federal, que devem prevalecer sobre a legislação estadual. Por isso, peço também aos nobres colegas o apoio para esse importante projeto que visa a preservar o meio ambiente mineiro.

Não poderia deixar de falar, ribeirinho que sou, sobre a revitalização do Rio São Francisco.

A revitalização da Bacia do São Francisco é um programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação do Ministério da Integração Nacional e da sociedade san-franciscana. O programa de revitalização do São Francisco propõe ações voltadas para o reflorestamento de áreas críticas, a construção de barragens em rios afluentes, a melhoria da calha navegável do seu curso, o tratamento de esgotos das cidades e das vilas localizadas nas suas margens, o controle da irrigação e a educação ambiental. Há também ações para a melhoria das condições de vida das comunidades ribeirinhas.

O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - do governo federal garantiu cerca de R\$1.000.600.000,00 em ações de revitalização de bacias hidrográficas. Desse montante, o Rio São Francisco conta com R\$270.000.000,00 anuais para sua recuperação. Entre elas, podemos destacar que várias cidades ribeirinhas do Estado, como Manga, Matias Cardoso, São Romão, Pedras de Maria da Cruz e tantas outras, serão beneficiadas, ainda neste ano, com recursos do governo federal para a construção de rede de esgoto e estação de tratamento nessas cidades.

Gostaria, ainda, de tratar de outro tema, com duas notícias muito importantes para a nossa região, o que nos deixou muito alegres e também a toda a sociedade do Norte de Minas. Uma delas, oriunda de uma reivindicação feita por este Deputado, na sexta-feira passada, durante o Congresso de Vereadores da Área Mineira da Sudene. Junto ao Presidente da Comissão de Tributação e Finanças da Câmara dos Deputados e também Coordenador da Bancada Mineira no Congresso Nacional, Deputado Federal Virgílio Guimarães, reivindicamos que fossem priorizados, na LDO para 2008, recursos para a construção da Barragem do Rio Congonhas, no Norte de Minas. Hoje, tivemos a grata satisfação de saber que esse nosso pedido, que foi respaldado pela Bancada do Norte, pelos Prefeitos e por centenas de Vereadores presentes ao Congresso, foi acatado e está entre as emendas escolhidas pela Bancada Federal de Minas Gerais. Trata-se de um recurso da ordem de R\$50.000.000,00 para iniciarmos a construção da Barragem de Congonhas, no Norte do Estado. A obra desta barragem custará cerca de R\$200.000.000,00 e garantirá o abastecimento de água para a cidade de Montes Claros nos próximos 100 anos. Além do mais, a Barragem de Congonhas tem duas finalidades: primeiro, a perenização do Rio Congonhas, que também faz parte da Bacia do Rio Jequitinhonha; depois, a revitalização do Verde Grande, uma vez que será feita uma transposição para o Rio Verde Grande, que faz parte da Bacia do Rio São Francisco, tornando o Verde Grande um rio perene durante todo o seu período, o que atenderá cerca de 30 Municípios do Norte de Minas Gerais.

Outra notícia que nos deixou muito alegres foi o atendimento de um requerimento feito por este Deputado ao Deputado Federal Virgílio Guimarães, Coordenador da Bancada mineira.

Gostaria de fazer a leitura do requerimento, datado de 28/5/2007. (- Lê:) "Sr. Deputado, com meus cumprimentos, e considerando as discussões que estão acontecendo no âmbito do Congresso Nacional acerca da Lei das Diretrizes Orçamentárias - LDO - para 2008, venho solicitar de V. Exa. a inclusão de emenda que visa a aporte de recursos para obras de restauração e adequação da BR-135, no trecho que vai do trevo no Município de Curvelo até a cidade de Mirabela, no Norte de Minas, passando por Montes Claros.

Na oportunidade, considero fundamental a inclusão, nessa emenda, de recursos para a construção do anel rodoviário de contorno à cidade de Montes Claros, imprescindível a esta que é uma das principais cidades de Minas Gerais.

Como é do seu conhecimento, as referidas obras representam a realização de um pleito dos Prefeitos, Vereadores, Deputados e demais agentes políticos da região, e a concretização de uma antiga aspiração da população do Norte de Minas, por serem fundamentais para o desenvolvimento e a melhoria do acesso à região.

Certos do seu costumeiro empenho no atendimento às solicitações do povo mineiro, desde já agradeço e coloco-me à disposição. Atenciosamente, Deputado Paulo Guedes, Líder da Minoria."

Para nossa satisfação, esse pedido também foi atendido pela Bancada mineira. Deixamos nossos agradecimentos ao nosso coordenador, Deputado Federal Virgílio Guimarães, que está destinando, por meio de emenda da Bancada na LDO, R\$280.000.000,00 para a realização dessa obra reivindicada por nós, também na semana passada, durante congresso da Associação de Vereadores em Montes Claros. Muito obrigado, Deputado Virgílio Guimarães! Muito obrigado a toda a Bancada mineira!

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, visitantes, povo de Minas Gerais; hoje tratarei de dois assuntos fundamentais, mas, antes, Sr. Presidente, registro a presença, nesta Casa, do companheiro Sílvio, Prefeito de Januária, aqui com sua competente equipe. Eles vieram a Belo Horizonte para que façamos contatos e visitas a fim de ajudá-los na difícil missão de administrar um dos maiores Municípios deste país, e dos mais importantes de Minas.

Januária é uma cidade com quase 9.000km<sup>2</sup>, um verdadeiro Estado. A população chega a quase 80 mil habitantes. A cidade é problemática, porque possui vários distritos distantes da sede do Município. Para se ter uma idéia, o Distrito de São Joaquim fica a quase 140km da sede e a via de acesso não é asfaltada, é uma estrada muito precária. Há praticamente 12.000km lineares de estradas vicinais. A cidade tem um grande parque ecológico, o Rio São Francisco passa em quase toda a sua extensão. É uma cidade-contraste. De um lado, um grande potencial. Temos o Parque do Peruáçu, um dos mais belos do País, com fantásticos sítios arqueológicos e inimaginável biodiversidade. O Rio São Francisco proporciona belas praias. Por outro lado, é uma cidade empobrecida, talvez com um dos menores IDHs do País, com áreas distantes da sede.

Sílvio assumiu a Prefeitura recentemente, em virtude do afastamento do titular, Prefeito João Lima, pela Justiça. Hoje, o Prefeito Sílvio sente as dificuldades para administrar o Município. Com certeza, meu caro Prefeito Sílvio, uma coisa você tem: disposição para trabalhar.

Talvez você seja o Prefeito que mais cedo acorda no País, e o que mais tarde dorme. Várias vezes transferiu seu gabinete para dentro do hospital e para as Secretarias de Educação e de Saúde. Os funcionários estavam sem receber o 13º salário, e, quando você entrou, pagou-o no dia seguinte, e ainda mantém os pagamentos em dia. Os fornecedores também sabem que receberão na boca do caixa. Você está fazendo um trabalho fantástico. Saiba que tem amigos e companheiros aqui e em Brasília, e faremos uma via-sacra por várias secretarias. Já nos encontramos com os Secretários Danilo e Marcus Pestana. Tenha a certeza de que terá o apoio dos seus amigos para ajudá-lo na árdua missão de administrar um dos maiores Municípios do Norte de Minas.

No dia 14 de junho, a Comissão de Saúde estará em Januária para ajudá-lo a identificar e solucionar os problemas. Até agosto, inauguraremos o Centro Viva Vida, montado e com toda a equipe médica. Trata-se de uma obra fantástica do Governador Aécio Neves e do Secretário Marcus Pestana, e que conquistamos com muita luta.

Além de todas as dificuldades, Januária sofre em dobro, porque há mais de 20 Municípios em seu entorno que dela dependem. Isso agrava mais os seus problemas.

Prefeito Sílvio, esteja certo de que os outros companheiros Deputados Estaduais do Norte de Minas somarão esforços para ajudá-lo, como Paulo Guedes e Arlen Santiago. Queremos somar os esforços para que você passe menos apuros. O ICMS de Januária é quase nada, e você poderia ter acesso ao ICMS Ecológico, graças aos grandes parques e reservas que o Município possui. No entanto, os administradores passados não se preocuparam. O que não falta é desafio para que o ajudemos.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabênizo V. Exa. e o Prefeito Sílvio, e gostaria de dizer que somos solidários. Januária é um dos maiores Municípios do Estado em extensão territorial, o que dificulta, imensamente, sua administração. Para se ter uma idéia, o Município de São Joaquim está a 100km de distância de Januária, que possui mais de 10 mil habitantes. Com os recursos que a Prefeitura de Januária tem, fica difícil dar assistência adequada a esse Município imenso. Coloco-me à disposição, para, juntos, buscarmos soluções para ajudar a administrar Januária.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado. Tomara que o PT também tenha disposição para oferecer ajuda ao nosso Prefeito, pois precisamos do apoio de todos. O PT tem muita força em Januária, então, queremos somar esforços. Já passou a época dos discursos, e conheço o seu trabalho; portanto quero que todos dêem as mãos ao Prefeito Sílvio, a fim de o ajudar na administração de um dos maiores Municípios do País - e não só de Minas Gerais. Sílvio, deixo-lhe um abraço, e obrigado pela presença.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma homenagem a nossa Unimontes, que, por diversas vezes, temos defendido dessa tribuna. Quando tocamos no tema Unimontes, somos impelidos a fazê-lo de maneira muito forte, porque ela é uma das grandes universidades deste país.

Caríssimo Acir Antão, grande repórter de Minas Gerais, digo isso porque a Unimontes, de acordo com o "ranking" do jornal "O Globo" - conforme foi dito por outros companheiros -, é a 2ª melhor universidade do país, só perdemos para a UFMG. Aliás, das 10 maiores universidades do Brasil, cinco se localizam em Minas Gerais: a Universidade Federal de Minas Gerais está em 1º lugar; a Unimontes de todos os mineiros, para nosso orgulho, está em 2º; em 3º, aparece a Universidade Federal de Juiz de Fora; em 4º, a Universidade Federal de Viçosa; e, em 5º, a Universidade Federal de São João del-Rei. Estamos falando que, das 10 melhores universidades do Brasil, as cinco primeiras estão em Minas, e a 2ª melhor é a Unimontes.

Falamos isso para mostrar que valeu todo o esforço feito. Se compararmos a outras, a Unimontes é uma universidade jovem, está com 45 anos. Aliás, a universidade estadual foi criada com a Constituição Estadual de 1989. Ela tem 45 anos, se pegarmos desde a época em que era Fundação Universidade Norte de Minas. Na verdade, a Unimontes passou a existir a partir da Constituição Estadual. E, a partir daí, veio se firmando cada vez mais.

Sabemos das dificuldades que a Unimontes enfrenta, da falta de dinheiro, da falta de recursos, da luta que empreendemos para tirar um pouco de dinheiro do Orçamento e colocar ali. Mas hoje somos recompensados, porque temos essa grande universidade, que é de todos os mineiros.

Quero aproveitar para homenagear os corpos docente e discente da Unimontes - professores, Diretores e Reitores passados. Lembro-me de Mário Ribeiro, João Valle Maurício, Raimundo Avelar, Raimundo Deusdará, José Geraldo de Freitas Drumond e tantos outros. O atual Reitor, Dr. Paulo César de Almeida, tem feito um trabalho magnífico, fantástico.

Hoje, certamente, ao pensarmos no patrimônio de Minas Gerais, muito mais do que prédios e riquezas, vemos que a Unimontes é a grande jóia de Minas Gerais, com sua excelência de estudo.

Mais uma vez, deixo as homenagens a nossa Unimontes. Vamos lutar para que o Governador Aécio Neves continue a acreditar na Unimontes. Quero fazer uma ressalva e agradecer muito ao Governador Aécio Neves e ao Vice-Governador Anastasia, por acreditarem nessa grande universidade, que, para nosso orgulho, está estampada em toda a grande imprensa brasileira como a 2ª melhor deste país.

Por último, Sr. Presidente, quero fazer coro com as palavras do Deputado Arlen Santiago quando toca na questão do Igam. Tenho em mãos uma deliberação normativa de 9/6/2004, cujo teor estabelece alguns critérios para a retirada, para o uso das águas do subsolo e as do curso

de rios. E o Decreto nº 44.309, de 6/6/2006, está causando grande preocupação, pois estabelece uma legislação muito pesada para quem faz uso da água do subsolo, ou seja, dos poços artesianos. O Norte de Minas depende fundamentalmente da água do subsolo, e, em grande parte dos seus Municípios, o abastecimento humano é feito por meio da água de poços artesianos.

São os poços que existem nas comunidades rurais, que os proprietários rurais pagam para ter. E esse decreto vem penalizar pesadamente os proprietários que ainda não têm a outorga da água. É uma burocracia enorme para se tirar uma outorga de água, além de se terem de pagar R\$600,00. As pessoas que não têm outorga de água, que têm seu poço artesiano, que serve para abastecer famílias da zona rural, pequenos sítiantes e seus animais, pagarão uma multa de R\$1.500,00 por dia, até normalizarem a outorga das águas dos poços artesianos.

Fico muito preocupado. Já reunimos a bancada do Norte de Minas hoje, pela manhã, e solicitaremos uma audiência ao Governador Aécio Neves, para que faça com que essas entidades ambientais ligadas ao Estado tenham, pelo menos, um pouco de consciência. Não é possível que se estabeleça o valor de R\$1.500,00. Muitos venderão suas propriedades rurais, que não valem quase nada na região. E estamos vendo, de maneira extremamente injusta, o Igam, o Copam, os órgãos ambientais quererem penalizar esses pequenos sítiantes proprietários de poços artesianos.

Queremos manifestar nossa insatisfação. Não aceitamos definitivamente que tentem impor uma legislação dessa natureza, a toque de caixa, "na marra", como dizem no Norte de Minas, a qual inviabilizará a nossa região. Estamos preocupados e já marcaremos uma audiência com o Governador Aécio Neves, que é democrático, um homem aberto. Recentemente, ajudou-nos muito na questão da mata seca, porque elevaram as reservas legais do Norte de Minas para 80%, da noite para o dia, inviabilizando toda a região. Estivemos com o Aécio Neves e o Anastasia, que, de maneira calma, tranqüila, democrática, aberta, amiga, resolveram a questão.

Agora, colocaremos outro "abacaxi" na mão do Governador. É importante a preservação do nosso meio ambiente - estamos comemorando o Dia do Meio Ambiente hoje -, e é importante que Minas dê exemplo aos outros Estados, mas não podem, de forma alguma, fazer com que esse exemplo seja à custa do sofrimento das pessoas que necessitam da água do subsolo para sobreviver.

Fica aí o nosso repúdio por esse decreto, que não é democrático, pois deveria passar por esta Casa, através de projeto de lei, para ser amplamente discutido. De repente, os tecnocratas, que não conhecem e não sabem da realidade da região, em uma canetada querem resolver questões ambientais que já duram anos, talvez décadas, em nosso Estado.

Ficam aqui, mais uma vez, as nossas felicitações à Unimontes, pela belíssima figura que está fazendo, sendo considerada a 2ª melhor universidade do País, e o nosso repúdio pelo Igam, por tentar penalizar a região do Norte de Minas com a multa exorbitante de R\$1.500,00 por dia para as pessoas que têm poços artesianos e que não têm a outorga da água. Muito obrigado.

O Deputado Getúlio Neiva\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é com alegria que venho a esta tribuna lembrar alguns assuntos importantes para o Nordeste de Minas, nossa região.

Na última sexta-feira, estivemos em Almenara, onde instalamos o 44º Batalhão da Polícia Militar, definido e decidido pelo Governador Aécio Neves. Na oportunidade, contamos com a recepção calorosa do Prefeito Carlos Novaes, acompanhado do Deputado Gustavo Corrêa. Estava tudo muito animado pela banda de música do 19º Batalhão de Teófilo Otôni.

Estiveram conosco o Comte. Hudson, da 1ª Região de Governador Valadares; o Comte. Sandro Lúcio, do Batalhão de Polícia de Governador Valadares, ex-Comandante do Batalhão de Teófilo Otôni; o Comte. Aleixo, da Regional da Polícia Militar em Teófilo Otôni; o recém-empossado Comte. Seifert, do Batalhão de Almenara; e o Comte. Rawson, novo Comandante do 19º Batalhão. Este, por ironia do destino, com apenas uma semana de empossado, veio a falecer depois de sofrer uma queda na escadaria de sua casa.

Diante disso, aproveito o momento para enviar à família do Comte. Rawson nossos sentimentos mais profundos pelo passamento desse jovem e competente militar, que tinha apenas 43 anos. Com apenas uma semana no cargo, foi vítima de um acidente, e não pudemos comparecer ao seu sepultamento. Registro aqui votos de pesar à família, bem como aos militares do 19º Batalhão da nossa cidade, Teófilo Otôni.

Todavia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vida continua. Assim sendo, registro que, neste momento, em Brasília, na Câmara dos Deputados, está sendo votada a Medida Provisória nº 364.

Quero enaltecer o trabalho do Deputado Federal Camilo, majoritário em Teófilo Otôni, que incluiu nessa medida provisória quatro importantes emendas. A primeira, no valor de R\$10.000.000,00, para a segunda fase de construção dos prédios do "campus" avançado da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Recentemente, visitamos a obra e verificamos que os recursos disponíveis, da ordem de R\$8.000.000,00 eram suficientes apenas para a terraplenagem, preparação do terreno e construção do primeiro bloco.

Definimos, eu e o Deputado Federal Ademir Camilo, que proporíamos um adicional financeiro na primeira oportunidade. Hoje está sendo votada, na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória nº 364, em que há recursos da ordem de R\$10.000.000,00 para a continuação da obra da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, com sede em Diamantina e "campus" avançado em Teófilo Otôni.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, por meio dessa medida provisória, estão sendo também destinados R\$2.000.000,00 para o ensino tecnológico de 2º grau em Teófilo Otôni; mais R\$2.000.000,00 para a urbanização de nossa cidade; e mais R\$1.000.000,00 para a proteção contra enchentes.

Nesta oportunidade, Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar o Deputado Federal Ademir Camilo pela brilhante atuação que tem tido no Congresso Nacional em defesa dos interesses da nossa cidade e da nossa região.

Quero lembrar também a grande luta pela implantação, e para o início de funcionamento em nossa região, da Zona de Processamento de Exportação - ZPE. Essa luta iniciou-se em 1988, pelo Deputado Federal Luís Leal, e foi continuada por mim, como Deputado Federal, quando consegui que o então Presidente Itamar Franco assinasse decreto autorizativo para a construção da obra.

A obra, a estrutura física e toda a parte alfandegária e aduaneira necessária à ZPE estão prontas. No entanto, por pressão dos parlamentares do Estado de São Paulo, há uma dificuldade enorme para a aprovação desse projeto de lei, que regulamenta não apenas a ZPE mas, sobretudo, a comissão nacional que cuida do assunto.

O Deputado Ademir Camilo conseguiu aprovar o projeto na Câmara dos Deputados, o qual agora se encontra no Senado Federal. Porém, fomos surpreendidos, no dia 29 de maio, data prevista para a votação desse projeto da ZPE no Senado da República, quando houve o adiamento. Convidamos, inclusive, a Prefeita da nossa cidade, Maria José Hauelsen, para estar conosco em Brasília a fim de assistir a essa votação. No entanto, o Senador Aloizio Mercadante pediu vista do processo por 15 dias, atrasando novamente a definição desse assunto, que se arrasta

desde 1988.

Ora, em relação à ZPE, nossa posição é que o governo de Minas, através da Comig - hoje Codemig -, investiu na região US\$3.000.000,00. O Município participou e os empresários locais compraram ações da ZPECS, empresa que dirigirá a Zona de Processamento de Exportação. Essa luta de tantos anos - iniciada pelo Deputado Federal Luís Leal, continuada por mim, como Deputado Federal, e agora retomada por Ademir Camilo - está tendo esse obstáculo de Brasília, a partir do Senador Aloizio Mercadante, economista de renome, mas que, no meu entender, com essa decisão, configura-se como o grande líder da vanguarda do atraso, um cidadão que se coloca contra um expediente chamado Zona de Processamento de Exportação, que foi responsável pela explosão dos tigres asiáticos. Levando-se em consideração que o Brasil não pode criar ZPEs, apenas a de Manaus. No entanto, Teófilo Otôni, a única cidade de Minas que conseguiu habilitar-se no projeto de ZPE, está nesse trabalho longo, entendendo que, no mundo inteiro, há mais de 1.200 ZPEs. Nos Estados Unidos, capital do capitalismo, temos mais de 200 ZPEs.

Não vemos o porquê do embargo do Senador Aloizio Mercadante, sobretudo por se tratar de um embargo que entendemos ser o embargo paulista contra Minas, e não o embargo de uma pessoa que pensa diferente. Trata-se de uma certa retaliação a Minas Gerais, porque todos os empresários de São Paulo sabem que há necessidade e que nós podemos alavancar o desenvolvimento das regiões mais pobres do Estado.

O espírito da ZPE está exatamente voltado para as regiões mais deprimidas do País, a fim de possibilitar que aquelas cidades que se habilitaram possam criar zonas especiais de processamento de exportação para alavancar o seu desenvolvimento.

A nossa região, do Nordeste mineiro, é uma região pobre e deprimida, reconhecida e falada por todos, por meio das canções, dos poemas e da música, por isso ficamos até arrepiados quando vemos o relatório, os cadernos do BDMG, onde todas as regiões de Minas Gerais são analisadas, de forma separada, em relação ao seu potencial. Uma análise bem feita, a do BDMG, mas que não deu para compreender por que o Norte e o Nordeste de Minas têm um capítulo à parte, com apenas 26 linhas de análise, acopladas umas às outras.

Existe a região Nordeste, o Vale do Rio Doce e a região Norte, no entanto, o próprio BDMG, ao fazer os seus estudos - bem aprimorados por sinal -, quando fala do desenvolvimento desigual em Minas Gerais, junta Norte de Minas com Nordeste de Minas e um pedaço do Vale do Rio Doce, num estudo só. Aqui está o mapa que utilizaram para fazer esse estudo. Por outro lado, Sr. Presidente, as outras regiões foram detalhadamente analisadas. Aliás, na região Norte, extraiu-se um pouco do entorno de Diamantina para fazer o estudo. Isso demonstra, de forma muito clara, que as regiões mais pobres de Minas realmente não têm a atenção que precisavam ter dos governos, seja estadual seja federal.

Apesar do grande esforço que tem sido feito pelo Governador Aécio Neves para dotar aquela região de estrutura mínima, com asfaltamento de todas as estradas de nossa região, ainda vemos um certo desalento das lideranças em função de alguns fatos.

O primeiro fato diz respeito não à felicidade mas, talvez, ao desprazer de trabalhar junto ao Departamento de Águas e Energia do Estado de Minas Gerais - DAE -, quando 52 Municípios dos Vales do Jequitinhonha e Norte de Minas foram eletrificados, na década de 70. Foi a última região do Estado a receber energia elétrica.

Quando fui Secretário Adjunto de Estado de Recursos Minerais, Hídricos e Energéticos, consegui com o então Presidente da Cemig, Dr. Carlos Eloy, que fosse antecipada, de 2005 para 1995, a duplicação do sistema elétrico para aquela região. Um investimento de R\$260.000.000,00, à época. Com isso, foi possível implantar o programa Luz para Todos.

Na última quinta feira, estive em Araçuaí para discutir o programa Luz para Todos. Disse a eles que fomos a última região a receber energia elétrica nas cidades e que também estamos sendo a última região do Estado a receber o Luz para Todos. Além disso, fomos a última região a receber estradas asfaltadas, sendo que, no Vale do Mucuri, todas as estradas já foram concluídas, e, no Vale do Jequitinhonha, estamos apenas começando. Isso me preocupa porque o BDMG, que é um órgão sério e competente, mostra, neste artigo que tenho aqui, que a equipe técnica do governo ainda não se conscientizou de que a depressão existente no Norte de Minas e no Nordeste mineiro não será resolvida pelo "laissez-faire, laissez-passer", mas será feita pela intervenção do Estado. O Estado tem de intervir.

O Presidente Lula falou muito sobre o Vale do Jequitinhonha e que iria dar estímulos diferenciados, criando até uma instituição chamada Território do Mucuri e uma outra de nome Mesovales, mas nenhuma das duas funcionou. O governo do Estado também criou a Codevale, que não podia e nem valia nada, tanto que foi extinta. Agora, criou-se a Secretaria Especial do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, sendo que, no Jequitinhonha e no Mucuri, não está acontecendo nada.

É preciso que a tecnocracia governamental possa ser sensibilizada, e, se não o for, cabe a nós, parlamentares fazê-lo - a todos nós, porque aqui não tem sequer um Deputado que é contra uma ajuda para o desenvolvimento dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Todos se declaram sempre a favor, em função da depressão existente naquela região.

Vivemos uma fase de estagnação econômica e de miséria social, e não carecemos mais de esmolas. Precisamos sair desse ramerrão da miséria, dessa situação indigna, mas não com o Bolsa-Família ou com ações sociais apenas, com o leite que é distribuído pela Secretaria Extraordinária dos Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Queremos oportunidade de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando fiz meu primeiro pronunciamento aqui, disse que só existe uma saída para aquela região, que é a reconstrução da Estrada de Ferro Bahia-Minas, que foi arrancada, na marra, em 1967, 1968, com base num decreto federal que mandava erradicar ramais deficitários - era obra no Estado inteiro e ainda incompleta, porque chegaria até Montes Claros.

Agora há pouco, conversava por telefone com a nossa Superintendente Regional de Ensino, que estava preocupada com o início das obras da UFMG. O Estado de Minas Gerais, por meio da Secretária Vanessa Guimarães, já há três anos trabalha conosco. Estamos conveniados com essa Universidade para instalar em Teófilo Otôni quatro ou cinco cursos de nível superior, ajudando a criar oportunidades de trabalho a partir da educação, profissionalizando as pessoas. Lamentavelmente, até agora o projeto da obra, cujo dinheiro existe, ainda não foi deflagrado.

Fazemos apelo, Sr. Presidente, para que os técnicos do governo, as secretarias de Estado, os órgãos estaduais não usem apenas a mística da poesia e da canção do Jequitinhonha. Se for preciso cantar, eu canto; se for preciso recitar poesia, eu recito. Mas não viveremos disso, e sim do desenvolvimento da nossa economia. Não há condições de uma cidade-pólo como Teófilo Otôni viver eternamente na base de 25 mil Bolsas-Famílias e da renda de aposentados e pensionistas. A receita lá é apenas dos salários dos funcionários da Prefeitura e do Estado, dos aposentados e pensionistas federais e estaduais, além da renda gerada pelo Bolsa-Família?

Precisamos de oportunidades. Não estou aqui para pedir que se boicote uma região em detrimento de outra. Ao contrário, estou aqui fazendo um apelo para que a burocracia do governo entenda, de uma vez por todas, que os estudos feitos com base na poesia e na canção do Jequitinhonha não resolverão o nosso problema. Não podemos viver eternamente de esmolas. Apelo ao Governador Aécio Neves que nos trate de forma diferenciada - na verdade, ele já está fazendo isso. Não sou mal-graduado. Está sendo realizado um volume muito grande de obras

na nossa região atualmente. De fato, é o maior volume de obras da nossa história. No entanto, tudo isso vai parecer perfumaria, bijuteria, maquiagem, se não resolvermos o problema da fome, da miséria absoluta daquela região. Não queremos que tenham pena de nós, mas que nos dêem a chance de trabalhar e produzir.

No início do primeiro mandato do Governador, foi planejado um pólo silvicultor para essa região, além de uma série de empreendimentos na área da economia. Estamos começando o primeiro mandato do Governador, e não temos projeção mais objetiva do que foi proposto. O nosso apelo é que não fiquemos parados esperando que as coisas aconteçam. É preciso provocá-las.

O meu discurso neste dia é para que a tecnoburocracia governamental entenda, de uma vez por todas, que não se faz desenvolvimento integrado no Estado se não tratar diferentemente as regiões mais deprimidas. O Nordeste e o Norte de Minas precisam de dignidade, de capacidade de organizar sua própria economia e de crescer para depender menos dos governos estadual e federal. Não precisamos apenas do ICMS Solidário, mas de ações na área econômica.

Sr. Presidente, esse é o meu apelo. Dirijo-me à nossa Vereadora Mila para que fique tranqüila, pois o governo do Estado já realizou o convênio com a UFMG.

A obra será construída pelo governo do Estado. Instalaremos vários cursos da UFMG em Teófilo Otôni, além dos 33 cursos superiores já existentes da Unipac, do Instituto Doctum, Iesfato, que já implantamos quando fui Prefeito dessa cidade; além da Universidade Federal de Diamantina, que já está instalando seu "campus" e possui alguns cursos, conforme o acordo que fizemos com a Reitora Mirele quando ainda era Prefeito de Teófilo Otôni.

Estamos trabalhando e queremos que prestem atenção no que estou dizendo: sozinho não consigo nada, preciso dos companheiros da Assembléia. Infelizmente, sou o único Deputado de Campanário até a divisa da Bahia, na direção da BR-116 e à direita do mapa, desse grande buraco que é o Nordeste mineiro, sem a proteção de mais parlamentares.

Portanto, faço um apelo ao Sr. Presidente e aos vários companheiros para que sejam sensíveis a essa nossa luta em defesa da região mais pobre de Minas Gerais, que não quer esmolas, mas sim condições de trabalhar para ajudar Minas a crescer.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, querido povo de Minas Gerais, queridos telespectadores da TV Assembléia, colegas Deputados e Deputadas, servidores da Casa e público presente, mais uma vez o jornal "Estado de Minas", o grande jornal dos mineiros, presta um grande serviço à democracia e à memória histórica do nosso povo.

Na edição de domingo, 3/6/2007, no caderno de política, fez publicar importante matéria intitulada "Militância e ideal de liberdade - movimento estudantil foi divisor de águas na luta pela abertura no final dos anos 70", que relembra a tentativa de realização do 3º Encontro Nacional dos Estudantes - ENE -, em 4/6/77, na Faculdade de Medicina da UFMG, em Belo Horizonte, que completou ontem 30 anos.

Conforme relata a reportagem, o 3º ENE tinha como objetivo iniciar a reorganização da UNE. A entidade tinha sido dissolvida em 1968, e, desde 1974, em encontro no Rio de Janeiro, o movimento estudantil articulava a ressurreição da UNE. Foram criadas as comissões Pró-UNE e realizados outros dois encontros nacionais na USP e na Universidade Federal de São Carlos, onde ficou definido que o evento seria realizado na Capital mineira.

Naquele momento, o movimento estudantil estava em ascensão. Em 1976 ocorreu a primeira eleição do DCE da UFMG depois de 1968. Em maio de 1977, estudantes foram presos no ABC paulista, durante panfletagem de convocação para as comemorações de 1º de maio, o que desencadeou uma série de protestos em todo o País, o maior deles com a presença de 10 mil pessoas, no Largo São Francisco, em São Paulo. Na UFMG também foi feito ato de protesto.

O 3º ENE foi impedido de ser realizado pela ditadura militar e registrou muita violência e o saldo de 1.200 prisões aproximadamente. A movimentação deixou o Centro de Belo Horizonte sitiado, o comércio fechado e a população parada, assistindo à resistência pacífica dos universitários ao regime militar.

Enquanto a Faculdade de Medicina era mantida sob cerco policial, centenas de estudantes se aglomeravam no entorno do "campus". A dispersão foi realizada com violência. Os universitários buscaram abrigo nas Igrejas da Boa Viagem e de São José. Os párcos Bartolomeu Spinoli e Paulo Rigório tentaram negociar a saída dos estudantes das igrejas, e a polícia informou que não efetuará prisões. A promessa não foi cumprida. A faculdade foi invadida, e os estudantes começaram a deixar o local num corredor polonês. Em grupos de cinco, eles deixaram o prédio abraçados e cantando músicas de Geraldo Vandré e Chico Buarque.

Em setembro de 1977, em São Paulo, foi realizado de fato o 3º ENE, mais uma vez com repressão policial e invasão do "campus" da PUC. Mas, dois anos depois, em Salvador, a UNE voltou a funcionar.

É importante registrar que a matéria do jornal "Estado de Minas" faz uma menção honrosa ao Governador do Estado à época, nosso querido e saudoso Aureliano Chaves de Mendonça. Procurou intervir, a fim de impedir que a ditadura militar prendesse os estudantes, mas, infelizmente, não obteve êxito. Essa importante matéria do "Estado de Minas" vem num momento fundamental porque, no dia 7/6/2007, nessa mesma Faculdade de Medicina, a nossa gloriosa União Estadual dos Estudantes - UEE - começa a realizar o seu congresso, em que receberá alunos das faculdades de todo o Estado de Minas Gerais. No mês de julho deste ano, a gloriosa UNE realizará o seu 50º congresso, justamente no ano em que completa 70 anos.

O movimento estudantil não começou a existir em nosso país com a criação da UNE, mas é fato que sua fundação representou um marco não apenas para a organização dos estudantes, mas também para a história do Brasil.

Na década de 30 do século passado caíam as oligarquias arcaicas e emergiam as novas lideranças políticas que queriam um país desenvolvido, industrializado e soberano. Muitas mudanças ocorreram logo após a Revolução de 1930. Nesse período a educação ganhava importância e assumia papel preponderante no esforço nacional pelo desenvolvimento.

Em 1930 é criado o Ministério da Educação, e é também nesse período que começam a ser constituídas as universidades brasileiras. Em meio a tudo isso, diversas organizações sociais (de intelectuais, juristas, políticos, filósofos, escritores e estudantes) começam a nascer.

A UNE, fundada em 1937, é fruto desse processo histórico e, desde o início, propôs-se a jogar papel maior que apenas o de representar os

interesses imediatos dos estudantes. A primeira geração de dirigentes da UNE participou ativamente da edificação do novo Brasil que então florescia. Como hoje, a UNE queria educação para todos, mas também um Brasil mais democrático, soberano e desenvolvido.

Nestes 70 anos de trajetória, a UNE nunca deixou de participar dos momentos marcantes da história do Brasil. Em todas essas décadas defendeu a democracia e o desenvolvimento nacional através de campanhas e iniciativas imbuídas de um forte sentimento de brasilidade. Nas décadas de 40 e 50 combateu o nazi-fascismo e, por meio da campanha "O petróleo é nosso!", lutou pela criação da Petrobras.

Já na década de 60, a UNE ampliaria a sua influência na política brasileira. Batalhou na campanha da legalidade, que garantiu a posse de João Goulart logo após a renúncia de Jânio Quadros; disputou a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases - LDB - da educação de 1961 e, mesmo derrotada pelos conservadores, não abandonou o desejo de tornar a universidade peça fundamental para o desenvolvimento do País.

Foi também a UNE que, em 1963, apresentou, pela primeira vez, a bandeira de uma ampla reforma universitária. Essa campanha só foi interrompida pelo golpe militar de 1964, que escolheu a entidade como um de seus principais alvos, invadindo sua sede e incendiando o prédio da praia do Flamengo já no primeiro dia do golpe.

Hoje a entidade maior dos estudantes brasileiros completa 70 anos, e muito ainda precisa ser contado. O resgate de toda essa história já vem sendo feito por meio do Projeto Memória do Movimento Estudantil. Após ter recolhido inúmeras doações oriundas de acervos pessoais espalhados pelo Brasil, o Projeto Memória do Movimento Estudantil entra agora em sua fase final, tendo como objetivo construir o Centro de Estudos Honestino Guimarães - CEHOG -, que, entre outras missões, ficará responsável pelo trabalho de resgate da memória do movimento estudantil - Honestino Guimarães foi Presidente da UNE, seqüestrado e assassinado pela ditadura militar no "campus" da UNB. Neste ano, o projeto toma maior relevo em face das comemorações dos 70 anos da UNE, que tiveram início na 5ª Bienal de Arte, Ciência e Cultura, em janeiro deste ano, no Rio de Janeiro.

Durante seus 70 anos de existência, uma data marca profundamente sua história: trata-se do ano de 1964. Em 31 de março, tinha início a ditadura militar no Brasil, por meio de um golpe promovido pela direita brasileira. O primeiro alvo? A sede da União Nacional dos Estudantes, que ficava na praia do Flamengo, 132, no Rio de Janeiro. O prédio, situado naquele endereço, seria incendiado na madrugada do dia 1º/4/64. Assim começava, em pleno dia da mentira, um período de perseguições, torturas e perda de direitos democráticos.

Mesmo sem sua sede, sendo as lideranças estudantis perseguidas e tratadas como bandidos, a UNE sobreviveu e lutou bravamente contra a ditadura. Passadas mais de quatro décadas, no dia 1º/2/2007, durante o encerramento da 5ª Bienal, a UNE retomou o terreno de sua antiga sede, em uma atitude heróica cercada de amplo apoio popular e com a presença de lideranças históricas do movimento estudantil e de ativistas do nosso tempo.

A UNE voltou para casa e, com isso, reacendeu a chama da unidade mais ampla, fonte da força dos estudantes brasileiros. Após a grande vitória, que foi a retomada do terreno da praia do Flamengo, novos desafios se colocam, em especial o de reerguer a sede histórica da UNE. Centenas de personalidades apóiam essa iniciativa. A nova sede se tornará um importante centro de cultura e memória do movimento estudantil, num projeto assinado por ninguém menos que o arquiteto Oscar Niemeyer.

Para coroar essa conquista, será realizado agora, em julho deste ano, o 50º Congresso da UNE. O congresso é um dos eventos mais democráticos do Brasil. Aprovado no último Conselho Nacional de Entidades de Bases da entidade que reúne os diretórios e os centros acadêmicos de todo o País, o novo formato de eleição de delegados por universidade, através de chapas, vai impulsionar ainda mais a mobilização e a organização dos estudantes brasileiros. Além da importância de equacionar o número de participantes do Congresso, o novo método de eleição ficou ainda mais representativo e participativo, pois as universidades se envolvem de maneira mais profunda no debate sobre os rumos da entidade, fazendo ainda mais vivo e pulsante o processo do congresso.

O novo método de eleição dos delegados possibilita um grande debate em toda a universidade sobre as propostas a serem levadas ao congresso da União Nacional dos Estudantes, criando um espaço mais amplo para a polêmica e troca de idéias, com as chapas apresentando de modo aberto, para todos os estudantes, suas visões sobre os caminhos da União Nacional dos Estudantes.

Tive a honra e a felicidade de um dia fazer parte da diretoria da gloriosa União Nacional dos Estudantes e quero convidar o conjunto dos universitários mineiros para debater, no seio de sua entidade de base, dentro da universidade - o congresso da União Nacional dos Estudantes. Assim, mais uma vez, eles poderão dar uma importante contribuição, levando suas idéias avançadas e democráticas em defesa da escola pública de qualidade e de mais vagas para os estudantes, a fim de que nosso país possa desenvolver-se com investimentos na educação e desenvolvimento tecnológico. Queremos todos os estudantes no congresso da União Nacional dos Estudantes. Viva a União Nacional dos Estudantes por seus 70 anos, que serão comemorados neste ano. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, e todos que nos acompanham nesta Casa e pela TV Assembléia, inicialmente queria, na linha de raciocínio desenvolvida pelo nobre colega, Deputado Carlin Moura, manifestar também nosso apreço, reconhecimento e, ao mesmo tempo, nossas preocupações com todo o movimento estudantil e toda a sua história, naturalmente recheada de glórias, de momentos da mais relevante cidadania e de lutas.

Tive oportunidade, Deputado Carlin Moura, de participar de alguns deles, ainda adolescente, no grêmio estudantil da nossa Escola Estadual Ordem e Progresso, aqui em Belo Horizonte. Depois, como membro do Diretório Acadêmico da Escola de Veterinária da UFMG e como membro do DCE da UFMG, participei de diversos congressos da UNE, ainda no final do regime militar, em períodos em que tínhamos todo o tipo de opressão e dificuldades, até para nos reunirmos.

Se por um lado temos uma história, como disse, recheada de conquistas e lutas, acredito que é hora de refletirmos sobre os caminhos do movimento estudantil e sobre uma maneira de estimular o jovem a participar, debater, discutir, até porque esse é um processo do aprendizado do exercício da cidadania. Isso começa na escola, e, para nossa tristeza, verificamos que, em boa parte delas e das universidades e faculdades, o movimento tem definhado, tem-se acomodado, principalmente em escolas privadas, onde talvez se fizesse mais necessário.

Digo isso em razão dos resultados da última avaliação feita pelo Ministério da Educação, pelo Enade, em que se observou com clareza... Apesar de ainda haver graves deficiências no ensino público, e a maior delas, no meu entender, é a ausência de uma universalização, da possibilidade de acesso a todos, principalmente ao mais pobre, que enfrenta dificuldades. Estudei, do primário à universidade, em escola pública. E não foi por mera opção, foi por necessidade mesmo, não havia a menor chance de a minha família pagar nem sequer um cursinho. Só passei no segundo vestibular porque, literalmente, estudei e, com muito esforço pessoal, consegui ser aprovado na UFMG, depois de muita luta. Portanto sei que, realmente, uma das grandes falhas no sistema educacional é a ausência de oportunidade para os nossos jovens em escolas públicas.

Se por um lado isso é um problema, não é menor o problema que temos hoje: o de ver crescer um ensino de péssima qualidade nas escolas

particulares de nível superior. Isso não pode ser mais escondido, ou seja, não se pode mais "tapar o sol com a peneira". A indústria do diploma virou uma vergonha no Brasil. O Prof. Aluísio Pimenta diz, com frequência, que se abre uma faculdade, um curso superior, no Brasil, com mais facilidade do que se abre um açougue na esquina ou um pequeno estabelecimento comercial. Este, pelo menos, submete-se às exigências da Vigilância Sanitária, e um estabelecimento de nível superior hoje é uma profusão de papéis, com uma enganação que salta aos olhos. O resultado disso é vermos dezenas e centenas de escolas de nível superior em que a qualidade do ensino é péssima, em que o único objetivo é ganhar dinheiro, fazer comércio com o ensino superior.

É claro que não estou generalizando nem fazendo apologia do combate ao ensino privado. Não há, absolutamente, esse pensamento da minha parte. Entendo que vivemos em uma sociedade livre. Defendo esse princípio e acredito que é saudável termos a iniciativa privada também participando da oferta de Ensino Superior, mas com qualidade.

É isso que venho defendendo. Já fiz correspondência ao Ministério da Educação, ao Senado e à Câmara dos Deputados, no sentido de que já é hora de, no Brasil, haver uma agência reguladora da qualidade do Ensino Superior. Há agência reguladora para energia elétrica, a Aneel; para água, a Agência Nacional de Águas - ANA -; e para telecomunicações. Há o controle público para uma série de ações que vão desde o campo da segurança nacional até as atividades privadas de mineração, energia elétrica, petróleo. São todas importantes, necessárias, sim. Mas e o saber? E o conhecimento? E a informação que será dada a um jovem? Ela deve ser feita sem nenhuma responsabilidade? Mais uma vez, alerta que não estou falando de censura, de controle da liberdade de informação. Estou falando de controle de qualidade. É preciso ter controle de qualidade em relação ao ensino. Não basta fazermos uma prova de dois em dois anos para apenas dizer: "De fato, essa turma está saindo da faculdade, mas não sabe nada". Não chega a 3 em 10. Em uma prova de conhecimentos gerais, o resultado não chega a 30%. Então, isso é motivo de preocupação. O movimento estudantil deve estar atento a isso. Às vezes, sacrifica-se a família ou a si mesmo para pagar uma faculdade, e não se organiza para cobrar dela a qualidade e a responsabilidade pelo que está ensinando. Talvez, ninguém melhor que os nossos jovens para levantar essa bandeira. Obviamente, a responsabilidade é do governo federal. Não se pode sair por aí fazendo uma lei em cada Estado ou em cada Município para dizer como funcionará o Ensino Superior no Brasil. A legislação federal é que regulamenta. Portanto o nosso Congresso deve estar atento.

Gostaria, Sr. Presidente, de manifestar, nesta tarde, minha preocupação com esta data, que deve reunir toda a humanidade: Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia.

O assunto parece velho, mas não passa de pouco mais de três décadas. Em 1972, em Estocolmo, nasceu, talvez, essa preocupação com a questão ecológica, ou seja, o debate sobre a ecologia. Estabeleceu-se, a partir daquela conferência mundial, que deveríamos, insisto, não comemorar o Dia do Meio Ambiente, mas manifestar a preocupação e o compromisso com o meio ambiente nesse dia. Temos algumas coisas a comemorar, claro. Houve avanços, especialmente no Brasil. A partir da Constituição de 1988, houve toda uma profusão de leis regulamentando as questões ambientais. Houve avanços na participação da sociedade, no surgimento de ONGs, nos conselhos municipais. Integrei o primeiro Conselho de Defesa do Meio Ambiente, em Divinópolis, em 1984, salvo engano. Antes mesmo da Constituição de 1988, já tínhamos a legislação que criava os conselhos municipais. Na época, participei de uma fantástica discussão sobre a lei de uso e ocupação do solo. Até aquele momento, nem sonhava enveredar pelo caminho da política. Era líder sindical, Presidente do sindicato rural em Divinópolis e começava a me preocupar com as questões ambientais. Hoje, mais do que nunca, preocupo-me.

No dia reservado para refletirmos sobre meio ambiente, acredito que temos muito mais o que fazer. Se, por um lado, houve avanço, foi maior ainda a depredação pela cultura do consumismo. Vivemos numa sociedade extremamente consumista. Não farei apologia do naturismo no sentido de abolirmos todas as tecnologias, todas as formas que o ser humano desenvolveu buscando ter melhor qualidade de vida.

Precisamos usar todo o conhecimento para termos o desenvolvimento sustentável, algo, aliás, de que se fala há pouco mais de duas décadas. Não foi em Estocolmo, mas recentemente, que se começou a falar em desenvolvimento sustentável. Algo fácil de se imaginar. É você compreender que é absolutamente razoável que você queira ter melhor qualidade de vida, uma casa confortável, um meio de transporte ágil e seguro, um ambiente que lhe ofereça conforto, tudo isso respeitando o que é a origem da vida: a natureza, nossas águas, nossas nascentes, nossas árvores, nossa fauna e flora - das mais diversificadas de todo o planeta -, nosso ar e, principalmente, respeitarmos-nos, respeitando nosso próximo.

Aí, vem a poluição que o ser humano faz até na convivência do dia-a-dia, de maneira agressiva, a poluição sonora, o desrespeito ao próximo. Nós, que vivemos cada dia mais próximos fisicamente e, às vezes, tão distantes do interior do nosso irmão, do nosso semelhante. Neste Dia Mundial do Meio Ambiente, sem dúvida é hora de refletirmos sobre o que podemos fazer para viver melhor, mas com qualidade de vida, compreendendo que a mãe natureza está sempre a nos dar alguma coisa, mas precisamos retribuir com respeito.

No início desta legislatura, com a alegria de voltar para cumprir este segundo mandato, fiz uma proposta que foi aprovada nas Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente e no Plenário. Já está na mãos do Presidente, que assumiu o compromisso de colocá-la em prática. E qual é a proposta? A realização, ainda neste semestre, de preferência em junho, de um seminário para debatermos licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável.

Trata-se de duas situações que não podem conviver em confronto quase belicoso, como se fossem antagônicas. Licenciamento ambiental é essencial, não pode ser visto como um entrave ou algo negativo pelo setor produtivo, empresários e cidadãos que desejam construir uma casa ou um negócio no meio rural ou urbano, enfim, por quem deseja o desenvolvimento. O licenciamento ambiental é mecanismo de uma sociedade que assume um compromisso com o meio ambiente, que precisa ser respeitado e valorizado.

Por outro lado, ele não pode ser conduzido por pessoas que vejam o desenvolvimento como a praga do século, como algo que veio para destruir o Planeta. Não pode ser conduzido por pessoas que vêem o setor produtivo como inimigo. Esses confrontos estão ocorrendo. Infelizmente, de um lado e de outro, temos nos deparado com pessoas que não têm a capacidade de compreender que essas duas questões fazem parte do mesmo tema e do mesmo Planeta. Licenciamento ambiental e desenvolvimento sustentável devem conviver harmoniosamente.

Precisamos rever toda a legislação ambiental produzida no Brasil e em Minas Gerais. Precisamos avaliar como está o funcionamento dos órgãos encarregados de executar as políticas de licenciamento - IEF, Feam, Copam. Como está o aparelhamento? Qual a sua agilidade? Que critérios adotam? Precisamos nos reunir com a Fiemg, Faemg, diversos segmentos organizados da sociedade e do setor produtivo, bem como com os sindicatos dos trabalhadores e dos empregadores, a fim de discutir o modelo de desenvolvimento que queremos. Como queremos que nossa empresa cresça, gere empregos e renda e conviva com o meio ambiente, respeitando-o? Isso é possível, mas não pode ser feito com radicalismo e antagonismo, como se fossem coisas que deveriam brigar entre si. Vejo reuniões na área ambiental em que as pessoas se comportam como gladiadores.

É preciso compreender, de uma vez por todas, que vivemos em um só planeta, que é o mesmo para os ambientalistas e para os agentes produtores da economia. É preciso que haja uma só linguagem de respeito ao meio ambiente, e a compreensão de que gerar emprego é fundamental para que o meio ambiente esteja em harmonia. Os seres humanos não podem ser vistos como nefastos nessa história. O ser humano é alguém que também merece atenção na hora de discutir o meio ambiente, e não podemos ter nem o ser humano destruindo a natureza, nem os apologistas de uma natureza intocável impedindo o ser humano de desenvolver as atividades essenciais à sua vida. Obrigado.

## Discursos Proferidos em 6/6/2007

O Deputado Gustavo Corrêa - Boa-tarde, Sr. Presidente, Deputado José Henrique, caras colegas Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia. Dois assuntos que gostaria de trazer ao conhecimento dos nobres colegas me trazem hoje à tribuna.

Peço licença à Deputada Gláucia Brandão, Presidente da Comissão de Cultura desta Casa, haja vista que o primeiro assunto que me traz aqui se refere a essa matéria. Belo Horizonte pôde curtir, durante 10 dias, a edição do renomado festival Rendez-Vous Musical. A feliz iniciativa de lazer e cultura para os belo-horizontinos e para aqueles que por aqui passaram foi da Fundação Assis Chateaubriand, presidida pelo colega, amigo e nobre jornalista Edson Zenóbio.

Antes de adentrar mais objetivamente o tema, gostaria de cumprimentar esse jornalista, reconhecidamente um dos grandes executivos das imprensas mineira e brasileira, que, ao lado de outro grande expoente da mídia nacional, o também jornalista Álvaro Teixeira da Costa, comanda, com muito brilhantismo, toda a cadeia de jornais, rádios e TVs dos Diários Associados. Esse grande grupo de comunicação brasileiro tem contribuído de maneira ímpar e exemplar para o desenvolvimento cultural e social de nosso Estado e de nosso país.

Vale registrar ainda que esse projeto musical teve origem na França, em 1982, representando um grande sonho de instrumentistas que não tinham acesso à grande mídia, portanto restritos apenas a um pequeno segmento de público. Desfilaram pelas praças de Belo Horizonte nomes conhecidos como Dominginhos, Hermeto Pascoal, Marcus Viana, Toninho Horta, Túlio Mourão, ao lado dos corais da Copasa e do BDMG e da orquestra de câmara do Sesiminas.

Edson Zenóbio e Álvaro Teixeira da Costa, somados ao coordenador executivo, Nestor de Oliveira, e às coordenadoras de produção, Cristina Sabino, Dora Alves e Rosemarie Pidner, foram os responsáveis pelo sucesso desse evento na Capital dos mineiros. Esta Assembléia reconhece e homenageia essas personalidades, bem como as mais de outras mil pessoas envolvidas no sucesso desse grande festival musical.

Foram quase mil empregos, entre diretos e indiretos, algo em torno de 500 artistas, distribuídos em 12 palcos diferentes, e 50 concertos distintos ocorridos neste período. Nessa oportunidade, a Capital de todos nós mineiros foi brindada com a inauguração de mais dois espaços culturais: o Museu de Artes e Ofícios - MAO -, na Praça da Estação, e o Espaço Multiuso da Prefeitura de Belo Horizonte, com capacidade para 216 telespectadores.

Meu caro Presidente, Deputado José Henrique, tudo isso só foi viabilizado graças a Lei Federal de Incentivo à Cultura e ao dinamismo empreendedor das pessoas citadas no início desta minha fala, capitaneadas pelos grandes jornalistas Edson Zenóbio e Álvaro Teixeira da Costa. Contribuíram ainda e decisivamente grandes patrocinadores. Entre eles quero destacar a MBR, o BMG, a Eletrobrás, o Instituto Cidadania da Unimed BH, a Cemig, Furnas e o governo do Estado.

Durante esses dez dias de inesquecível encontro cultural, todos nós tivemos oportunidade de assistir à grande variedade de estilos e gêneros musicais, com destaque para a música instrumental. Diante disso, meu caro Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, apresento a esta Casa requerimento para que se consigne em seus anais voto de congratulações a ser dirigido aos organizadores, pela iniciativa de trazer o Rendez-Vous Musical a Belo Horizonte.

Meu caro Presidente, um segundo assunto me traz a esta tribuna: na última quinta-feira, o Governador Aécio Neves me convidou para assumir a Secretaria de Esportes e Juventude. Esse convite muito honrou este parlamentar, mas, mais que isso, é orgulho para todos os membros desta Casa. Quando o Governador Aécio Neves convidou este jovem parlamentar para tal missão, ele quis não apenas prestigiar o meu partido, o Democratas, ou o PSDB, seu partido, mas sobretudo mostrar reconhecimento a todos nós, Deputados, pela grande contribuição que temos dado ao Estado de Minas Gerais.

Alguns de V. Exas. já passaram por essa Pasta e conhecem a difícil missão que me espera; todavia nós - junto-me a V. Exas. -, que somos grandes homens públicos, que somos homens públicos de verdade, buscamos, a cada dia que passa, atender às necessidades das pessoas mais carentes e necessitadas do Estado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Em primeiro lugar, cumprimento-o pelo seu pronunciamento, bem como pelo convite que lhe foi feito para assumir a Secretaria de Esportes do nosso Estado.

O Governador foi muito feliz na escolha, tendo em vista as qualidades que V. Exa. tem, entre as quais cito o dinamismo. Vejo pela frente um grande desafio, mas tenho certeza de que V. Exa. dará conta do recado. Refiro-me ao desafio de movimentar o esporte do nosso Estado efetivamente, pois essa área, muitas vezes, resume-se ao futebol do Cruzeiro, Atlético, América e Ipatinga, além de vários outros clubes. No tocante ao esporte especializado, temos um grande potencial, a exemplo do Minas, que foi campeão brasileiro de vôlei e está fazendo bonito no campeonato de basquete, em Uberlândia.

Muitas vezes, notamos que o esporte se concentra apenas em Belo Horizonte ou em algum outro grande centro. Além disso, não há oportunidade de se difundir o esporte pelo interior. Quantos atletas estão espalhados pelo interior de Minas Gerais e, muitas vezes, procuram outras praças, outros Estados?

Então, vejo a grande oportunidade de se fazer um trabalho de base, iniciando-o pelo primeiro degrau, a fim de valorizar o interior de Minas Gerais, ou seja, valorizar outros grandes centros, de modo que passem a integrar a grande rede esportiva que possuímos. Tenho certeza de que V. Exa. dará conta do recado. Para tanto, poderá contar com seus pares, colegas, companheiros, enfim, com esta Casa, a fim de fazermos a diferença no que se refere ao esporte de Minas Gerais.

Vimos que a Secretaria já teve vários Secretários. Como se sabe, o Deputado Fahim Sawan esteve lá, durante alguns meses, e não conseguiu conciliar seu trabalho com o da Pasta. V. Exa. tem todas as condições de difundir o esporte pelo interior de Minas Gerais, transformando a Secretaria de Esportes em uma grande Secretaria. Mais que isso: V. Exa. poderá integrar o interior aos grandes centros. Parabéns! Conte com este parlamentar e com esta Casa!

O Deputado Gustavo Corrêa - Obrigado. Agradeço-lhe as palavras, Deputado Carlos Pimenta, que sempre trabalhou - e continua trabalhando - em prol do desenvolvimento do Norte de Minas. Faço minhas as suas palavras. Tenho certeza de que o esporte extrapola fronteiras e, assim, vai além do futebol Atlético-Cruzeiro. Com certeza, o esporte tem a capacidade de agregar, fazer com que as diversas e diferentes classes sociais interajam em prol de uma mesma finalidade: o esporte.

O Deputado André Quintão (em aparte) - Nobre Deputado Gustavo Corrêa, também o parabenizo. Falo como mineiro, cidadão, e não apenas



como seu colega da Assembléia Legislativa. O Governador foi muito feliz na escolha, já que V. Exa. é jovem, comprometido, possui uma trajetória de bons serviços prestados à querida Minas Gerais.

Ao ler suas primeiras entrevistas, concordei com V. Exa. no que se refere à perspectiva de que o esporte - principalmente se o vinculamos à juventude - pode ser um importante elemento de integração e inclusão social. Quanto a essa questão, coloco-me à disposição. O governo federal tem várias ações tanto para a juventude quanto para o esporte. Essa parceira político-administrativa para Minas Gerais é muito positiva. Por isso, cumprimento-o e desejo-lhe êxito à frente da Secretaria de Esportes e da Juventude. Que Deus o ilumine! Que V. Exa. faça um bellissimo trabalho para todo o Estado de Minas Gerais! Parabéns!

O Deputado Gustavo Corrêa - Obrigado, meu caro colega Deputado André Quintão, grande companheiro, amigo, pessoa com quem, nos últimos três anos, tive a melhor convivência possível. Independentemente das diferenças partidárias, V. Exa. sempre se pautou pela prudência, pela coerência, e, com certeza, a sua contribuição, pelo seu conhecimento, será de extrema importância para a minha gestão à frente da Pasta. Concedo aparte ao nobre colega e atual Presidente da Comissão de que fiz parte na legislatura passada, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Gustavo Corrêa. Quero saudá-lo da mesma forma, com o mesmo vigor de quando V. Exa. iniciou sua vida parlamentar, ao lado do seu querido pai, que aqui esteve com sua família, e de todos nós, quando o recepcionamos aqui, no Parlamento. Tenho certeza de que a trajetória de V. Exa. já está marcada pela sua honorabilidade, sua dignidade e sua maneira extraordinária de fazer o bem, particularmente nas ações voltadas para Minas Gerais. Prova disso é a reeleição de V. Exa., que para nós, seus companheiros e todos que o conhecem, foi, sem dúvida alguma, um grande momento.

O chamamento de V. Exa. para compor o governo Aécio Neves muito nos motivou. Todos os Deputados, com toda a sinceridade, pela conversa que temos, no dia-a-dia, manifestaram grande satisfação, parabenizando o Governador pela escolha. Primeiro, por V. Exa. ser portador de todas as qualidades inerentes ao cargo de Secretário de Esportes de Minas Gerais; depois, pela sua trajetória já hoje honrada e respeitada como membro da Comissão de Constituição e Justiça, que V. Exa. tão bem serviu na legislatura passada. Parabenizo V. Exa., que pode ter certeza de que nós, Deputados e Deputadas, estamos felizes com a indicação. Sabemos que fará de sua Secretaria uma extensão dos nossos gabinetes, conforme já disse em reiteradas oportunidades pela imprensa. Com esse propósito, ficamos felizes e honrados. Parabéns. Desejamos que Deus o abençoe nesta nova tarefa.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa, serei breve, até porque há muitos Deputados que querem apartear-lo. Quero parabenizá-lo. Tenho certeza de que, mais uma vez, o Governador acertou em sua escolha do secretariado. O nosso partido e a nossa Bancada do Democratas na Casa, por um lado ganha, porque a partir de agora passa a ter, verdadeiramente, um representante no primeiro escalão do governo do Estado. E perde porque deixa de ter o seu Líder, aquele que já tem experiência e garra. V. Exa. nos liderou muito bem nesses primeiros seis meses.

Fica aqui a nossa tristeza - e falo em nome da Bancada - por termos de mudar o nosso Líder. Mas fica a felicidade e a alegria da certeza de que V. Exa. muito bem nos representará na Secretaria de Esportes e da Juventude do governo do Estado. Os democratas agora, sim, sentem-se prestigiados e contemplados no primeiro escalão do governo do Estado.

Parabéns a V. Exa. pelo trabalho aqui desenvolvido nos últimos três anos. Desejamos sucesso nessa nova caminhada que agora se inicia à frente da Secretaria de Esportes e da Juventude. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado (em aparte) - Gostaria de parabenizá-lo, desejando-lhe sucesso. Na minha avaliação, V. Exa. ocupará uma das pastas mais importantes do Estado, a Secretaria de Esportes e da Juventude. Há uma dívida histórica dos nossos governantes para com a juventude. Infelizmente, há uma ausência de políticas públicas para a juventude. Durante décadas, os nossos governantes não se preocuparam com essa área. Hoje os jovens são os que mais matam e morrem porque, às vezes, não têm acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

Grande parte dos jovens nunca foi ao cinema. Um grande número deles está no ócio, sem nenhuma oportunidade, sem acesso à escola, ao primeiro emprego, à universidade. Portanto, desejo-lhe sucesso, de coração. Fico feliz em saber que um jovem experiente, responsável e competente ocupará a Pasta. Parabéns.

O Deputado João Leite (em aparte)\* - Deputado Gustavo Corrêa, creio que todos gostariam de saudá-lo, e a Deputada Maria Lúcia Mendonça me pediu que falasse em seu nome. Desejo-lhe toda a felicidade. V. Exa. está preparado para esse grande desafio, pois é muito competente. Sem dúvida alguma, V. Exa. dará uma grande contribuição para o nosso Estado nessa área tão importante de esporte e juventude. Conte com nosso apoio, nossa torcida, nossa presença permanente em seu mandato à frente da Secretaria de Esportes e da Juventude. Parabéns e felicidades.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Caríssimo Deputado Gustavo Corrêa, em meu nome e em nome do PHS, parabenizo V. Exa., que assumirá um cargo tão importante e representará não só os parlamentares, mas toda a juventude. Em nome da juventude, desejo-lhe sorte, sucesso e bênçãos de Deus nesse novo momento que viverá. Tenho certeza de que V. Exa. desempenhará um excelente trabalho. Daqui assistiremos a todas as suas ações e iniciativas e as aplaudiremos. Parabéns.

O Deputado Paulo Guedes - Parabenizo-o e registro a alegria da Bancada do PT, do PCdoB, da Liderança de Minoria. Registro nossa alegria em saber que teremos à frente da Secretaria de Esportes um jovem competente e aguerrido, votado em nossa região, no Norte de Minas, em uma das regiões mais distantes do Estado, como a região de Montalvânia, Manga, Juvenília. Com sua força, esperamos que V. Exa. consiga levar essa Secretaria para as regiões mais distantes do Estado, promovendo o esporte como um todo em nossa região. Parabéns pela indicação. Conte com nosso apoio.

O Deputado Gil Pereira (em aparte)\* - Em meu nome e em nome do PP, parabenizo a feliz escolha do Governador Aécio Neves, indicando seu nome para Secretário de Esportes e da Juventude. Nesta Casa, V. Exa. é unanimidade pelo seu talento e brilhantismo. Apesar de jovem, é experiente, com uma carreira política brilhante. Faz parte da família Corrêa, que sempre enalteceu a política mineira. Não tenho dúvidas de que V. Exa. seguirá os passos de seu avô e de seu pai.

Não tenho dúvidas de que, quando V. Exa. tiver de voltar para a Assembléia e disputar um novo mandato para a Câmara dos Deputados, todos aplaudirão a feliz escolha do Governador Aécio Neves. Não tenho dúvidas de que seu trabalho será profícuo. A área de esporte é muito importante para a juventude. Portanto o Governador foi muito feliz em sua escolha. Parabéns e sucesso. V. Exa., que é unanimidade nesta Casa, pode contar conosco. Parabéns.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Falarei, com muita segurança, em nome do PSDB. Como Líder da Maioria, creio que posso falar não só pela Maioria, mas também pela unanimidade desta Casa.

V. Exa., ao longo destes quase cinco anos de convivência, durante todo o mandato da legislatura passada e o início desta legislatura, tem sido

mais que um colega de Parlamento, um amigo de todos nós. Companheiro leal, sempre atento e muito participativo em todas as comissões, com invejável competência.

Com certeza, Deputado Gustavo Corrêa, V. Exa. traz, de berço, uma referência que se conjuga e se confunde com a história de Minas. Uma referência democrática, de trabalho, herdada de seu avô e de seu pai. O Governador Aécio Neves, ao chamá-lo, faz uma escolha muito feliz, e V. Exa. irá representar, com muita dignidade, o Parlamento mineiro, auxiliando o Executivo em uma das tarefas mais nobres.

Todas as atividades públicas, hoje, reclamam por uma atenção especial, felizmente, porque vivemos num país democrático. Cada dia mais, o nosso povo sente-se no direito - e o tem, de fato - de reclamar e exigir atendimento digno na saúde, na segurança e na educação.

Sabemos que a juventude, que não é apenas o nosso futuro, pois ela também tem a capacidade de, acima de tudo, ousar, propor mudanças e fazer com que toda humanidade possa avançar, é um segmento que precisa de uma atenção especial. Nada melhor que um jovem experiente e talentoso como V. Exa. para conciliar juventude e esporte. Trata-se de uma Pasta que é concebida, num momento de muita felicidade, pelo Governador Aécio Neves, que agora a entrega a esse jovem talentoso, que é V. Exa.

Quero desejar-lhe muito sucesso e reiterar o meu compromisso de lealdade e companheirismo, para estarmos a seu lado torcendo e ajudando, no que for possível, para que V. Exa. faça um grande trabalho à frente dessa Secretaria. Parabéns e sucesso.

O Deputado Wander Borges (em aparte)\* - Em nome do PSB, Deputado Gustavo Corrêa, queremos parabenizá-lo e desejar-lhe muito sucesso à frente da Secretaria.

V. Exa. representa uma das melhores tradições da política mineira. Temos a certeza de que, com sua jovialidade e com sua vitalidade, V. Exa. será capaz de transformar aquela Secretaria.

Além do mais, V. Exa. tem um grande desafio, que não é o desafio da construção da ponte, do asfalto, do posto de saúde nem da escola, e sim o desafio de transformar pessoas. Talvez esse seja o seu maior desafio no decorrer desse período, a fim de fazer com que esses jovens, rapazes e moças, realmente vislumbrem uma condição de vida melhor no futuro. Essa Secretaria vai às suas mãos e temos a certeza de que esta Casa perde, mas ganha o Estado de Minas Gerais.

Na oportunidade, gostaria de convidá-lo para, na terça-feira, participar da final da Copa Corujão, que é patrocinada pela Rede Globo Minas e pela Federação Mineira de Futebol. No final desse campeonato, estará o Ferroviário, de Sabará, que vai disputá-lo com o Minas, de Betim. A passagem de V. Exa. por lá, com certeza, irá alegrar, motivar e trazer grande brilhantismo àquela festa, que reúne o futebol amador da Região Metropolitana, e que também deve ser olhado com todo o carinho, ao lado do esporte especializado como um todo.

Parabéns, e que Deus o abençoe na sua caminhada!

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado Gustavo Corrêa, quero parabenizar V. Exa. e desejar-lhe pleno êxito nessa nova tarefa, já que agora desempenhará um papel fundamental à frente de uma secretaria que é novidade em nosso Estado: a Secretaria de Esportes e da Juventude.

Trata-se de uma secretaria que cumpre um papel social fundamental, que é o da inclusão social dos jovens por meio da prática do esporte.

No que pudermos ajudar, junto ao Ministério do Esporte, ao Ministro Orlando Silva, vamos fazer grandes parcerias, para elevar o esporte em Minas Gerais e para, a cada dia mais, cuidar bem e melhor da juventude de nosso Estado. Conte com o nosso apoio, pois o que é bom para a juventude é bom para Minas. V. Exa. pode contar com a ajuda singela deste Deputado. Felicidades e pleno êxito nessa nova tarefa.

O Deputado Gustavo Corrêa - Deputado Carlin Moura, agradeço-lhe as palavras. Certamente a sua ajuda será importante para o nosso trabalho à frente da Secretaria, haja vista que o Ministro do Esporte Orlando Silva é do seu partido.

O Deputado Carlos Mosconi (em aparte) - Sou companheiro de V. Exa. de longa jornada, mais até que de seu pai, Deputado Oscar Corrêa, de quem fui colega em Brasília durante um bom tempo e com quem tive ótima convivência, assim como tenho com V. Exa. nesta Casa.

Como toda a Casa faz hoje, gostaria de cumprimentá-lo pelo convite do Governador Aécio Neves para que V. Exa. assuma a Secretaria de Esportes e da Juventude. V. Exa. é um Deputado jovem e competente e tem um ótimo convívio nesta Casa. Além disso, tem uma enorme tradição política em Minas Gerais. Tenho a certeza de que acrescentará ao governo de Aécio Neves com seu trabalho e dinamismo e sua visão e competência. A sua família prestou serviços relevantes ao Estado e ao Brasil. Certamente V. Exa. caminha nessa mesma trilha.

Sem poder estender muito a minha fala, tenho a certeza de que obterá êxito. Desejo-lhe sucesso nessa sua nova missão. Parabéns e sucesso!

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Deputado Gustavo Corrêa, todos aqui já lhe teceram elogios. V. Exa. é uma pessoa dinâmica. Certamente aquela Secretaria agora começará a funcionar e a realmente ter uma dinâmica. Em meu nome e no do América Futebol Clube, gostaria de desejar-lhe sucesso. V. Exa. sabe perfeitamente que é criativo. Além disso, sabe se acertar com todos na área do esporte. Veja o seu traje de hoje: paletó negro, do Atlético; uma camisa azul, do Cruzeiro; e uma gravata verde, do América Futebol Clube.

Desejo-lhe sucesso. V. Exa. continuará com sua competência dentro daquela Secretaria e ajudará o nosso querido América a sair do lugar em que está, para voltar a ser da elite do futebol brasileiro. Obrigado. Um abraço!

O Deputado Paulo Cesar (em aparte)\* - Caro amigo, companheiro e colega Deputado Gustavo Corrêa, concordo com o pronunciamento dos colegas Deputados que me antecederam. Estava com V. Exa. quando soube da sua indicação para Secretário de Esportes. V. Exa. sabe da minha alegria. Parabenizo o Governador Aécio Neves pela escolha do jovem Gustavo Corrêa para assumir aquela Pasta. Quem ganha com isso é Minas Gerais, os jovens de Minas Gerais. Certamente V. Exa. fará muito pelos jovens, pela população do Estado. Parabéns e sucesso!

O Deputado Gustavo Corrêa - Deputado Paulo Cesar, obrigado pelas palavras. Posso dizer que possivelmente V. Exa. foi o primeiro a saber do convite, haja vista que, quando fui convidado, estava ao seu lado.

O Deputado Doutor Rinaldo (em aparte)\* - Caro Deputado Gustavo Corrêa, serei bem breve, a pedido do nosso Presidente. Não poderia deixar de cumprimentá-lo pelo novo cargo que V. Exa. assume. Certamente, com todo o brilhantismo, transformará aquela Secretaria. Esperamos que todas as regiões possam incluir no esporte tantos jovens que se encontram afastados de qualquer oportunidade em nosso Estado. Felicidades!

O Deputado Jayro Lessa (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa, com sua criatividade, inteligência e sabedoria, V. Exa. saberá o que fazer na Secretaria de Esportes e da Juventude, que já foi tão importante no passado, na época dos Jogos Intermunicipais do Interior de Minas - o Jimi -, que certamente voltarão à tona. Apesar da falta de recursos, com sua capacidade de criação, V. Exa. melhorará essa área e fará com que os jovens de Minas Gerais possam ter realmente a oportunidade de praticar esporte e se inserir melhor na sociedade. Certamente eles terão dias melhores e serão mais felizes. Parabéns tanto V. Exa. quanto o Governador Aécio Neves pela sua escolha, em razão do seu dinamismo e da sua capacidade.

O Deputado Ronaldo Magalhães (em aparte)\* - Deputado Gustavo Corrêa, penso que o Governador Aécio Neves, mais uma vez, acerta ao convidá-lo para dirigir a Secretaria de Esportes e da Juventude. Como foi dito, V. Exa. é uma pessoa dinâmica, jovem, experiente e, acima de tudo, sabe fazer política. É importante uma pessoa que sabe fazer política estar à frente de uma secretaria de esportes, pois lidará com pessoas e estará ajudando a mudar essas pessoas, principalmente os jovens.

Deixo o meu abraço de parabéns. V. Exa. poderá contar conosco. Estaremos sempre juntos para todos os desafios que, com certeza, irá enfrentar com força, com determinação e, acima de tudo, com muita capacidade. Parabéns.

O Deputado Juninho Araújo (em aparte)\* - Deputado Gustavo, esta Casa hoje vive uma mistura de sentimentos: sentimentos de tristeza por saber que não o teremos aqui nos próximos dias e nas próximas reuniões e de alegria por saber que teremos um Secretário dinâmico como V. Exa., que, com certeza, dará continuidade ao trabalho que tem realizado ao longo dos seus mandatos nesta Casa. A Assembléia quer parabenizá-lo e desejar-lhe boa sorte. Que Deus o abençoe e que sua nova caminhada tenha êxito. V. Exa. poderá contar com todos nós. Parabéns.

A Deputada Gláucia Brandão (em aparte) - Querido Deputado Gustavo Corrêa, como professora de Educação Física, como ex-atleta, como defensora do esporte, por entendê-lo como direito, não poderia deixar de parabenizar V. Exa. e o nobre Governador pela indicação do seu nome. Desejo-lhe sucesso. Estamos às ordens para lutarmos juntos a fim de democratizarmos o esporte em Minas Gerais e para torná-lo uma política pública inclusiva, a que todos tenham acesso. Conte conosco, com a Assembléia, com a minha pessoa para que possamos levar essa bandeira adiante. Que Deus lhe dê sabedoria, coragem, ousadia e inteligência para continuar servindo ao nosso Estado, como V. Exa. tem feito. Parabéns e sucesso.

O Deputado Ademir Lucas (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa, o bom administrador é aquele que sabe escolher bem os seus assessores. O Governador Aécio Neves mostrou, mais uma vez, sua sabedoria ao indicá-lo para assumir a Secretaria de Esportes e da Juventude. A escolha não pode ser encerrada só nesse acerto do Governador. V. Exa. chega à Secretaria pelo talento demonstrado aqui nas lides do dia-a-dia da Assembléia Legislativa. V. Exa. possui capacidade, competência; é um parlamentar atuante, uma grande liderança dessa nova geração de políticos mineiros, por isso quero cumprimentá-lo. Será redundância desejar-lhe sucesso. Isso faz parte da sua vida pública. Não tenho dúvida disso. Será um acerto, um êxito. V. Exa. será um grande Secretário à frente da Secretaria de Esportes e da Juventude.

Gostaria apenas de dizer que árvore boa dá bons frutos. V. Exa. veio de uma tradição de grandes nomes da nossa vida pública. O nosso saudoso Ministro Oscar Dias Corrêa, seu avô, além de ter sido grande tribuno, grande parlamentar, foi Ministro do STF e homem de escol, talento, capacidade, inteligência. Também o seu pai, de quem fui colega aqui, na Assembléia Legislativa. Seu pai era outro extraordinário talento. Tenho certeza de que, com V. Exa. à frente da Secretaria, ela assume um valor maior ainda, pois V. Exa. é jovem e saberá conduzi-la tanto na parte de esporte quanto na de juventude. Que procure resgatar, no caminho, os jovens dos descaminhos, do vício, da droga e abra espaço para a inclusão social.

O esporte é um grande fator de união para os jovens e os adultos, é um bom caminho. Além do mais, temos a palavra "juventude" no nome da Secretaria.

Tenho convicção de que V. Exa. realizará um grande mandato à frente da Secretaria, e com isso ganharão a Secretaria, o esporte, a juventude, o governo Aécio Neves e nós, seus colegas da Assembléia, que nos orgulharemos de tê-lo à frente da Secretaria de Esportes e da Juventude. Boa sorte e felicidades em sua nova gestão.

A Deputada Rosângela Reis (em aparte) - Deputado Gustavo Corrêa, estou aqui com muita alegria por saber que V. Exa., por quem tenho um grande apreço, está à frente desse novo desafio, ao ocupar a Secretaria de Esportes e da Juventude. Tenho a certeza de que transformará nosso Estado em um exemplo e fará um excelente trabalho, desenvolvendo grandes projetos e programas.

Já existe um trabalho realizado, que, certamente, você continuará e melhorará ainda mais. Pode contar com meu empenho e trabalho na elaboração de projetos, até junto ao governo federal, para fazermos crescer ainda mais o que já existe no nosso Estado. Sabemos da importância do trabalho desenvolvido em Minas, das atividades desenvolvidas nos campos de futebol - bem na base - com os menores e adolescentes, que são orientados, treinados e capacitados para a área esportiva. Isso culmina com o nosso trabalho de base: a educação, que é fundamental para o crescimento e a evolução do indivíduo. Portanto, receba o meu apreço enorme e meus parabéns. Conte com meus préstimos. Muito obrigada.

O Deputado Gustavo Corrêa - Muito obrigado, Deputada Rosângela Reis.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a prorrogação do meu tempo como orador, para que pudesse ouvir meus colegas. Confesso que fiquei extremamente sensibilizado e emocionado com as palavras que me foram dirigidas neste momento. Peço desculpas aos oradores que estão inscritos para suceder-me nesta tribuna.

Concluindo, quero dizer aos 87 mil eleitores que me confiaram seu voto e destino no dia 1º de outubro - muitos colocaram sua vida em nossas mãos - que jamais me furtarei aos compromissos que assumi quando candidato. Agora, eles podem saber que, além de ter um Deputado que estará trabalhando pelos interesses de cada um dos 853 Municípios do Estado, terão também um Secretário trabalhando para que o esporte de Minas seja reconhecido como o melhor do nosso país.

Agradeço, de coração, a cada um dos nobres colegas que aqui estão os conselhos, a compreensão, as divergências que às vezes tivemos e, sobretudo, a amizade e o companheirismo de que pude usufruir ao lado de cada um dos senhores enquanto aqui estive. Sintam-se em casa na Secretaria de Esportes e da Juventude, pois ela é uma extensão do gabinete de cada um dos senhores. Muito obrigado e boa tarde.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado - Boa tarde a todos e a todas. Realmente a coisa está feia, a coisa está preta. Digo isso sem nenhuma conotação racial, apenas estou parafraseando um trecho do ditado popular para expressar que milhões de mineiros em todo o Estado, principalmente nos rincões, no interior, nos bairros da periferia de Belo Horizonte e da Região Metropolitana, estão na completa escuridão porque não conseguem pagar o valor da energia elétrica da Cemig, que é uma das mais caras e tem o ICMS mais alto do Brasil. São milhares de pessoas do Estado de

Minas Gerais, são 18 milhões de habitantes, e 97% são obrigados a ser atendidos praticamente por uma única companhia. Há um monopólio absoluto. Como não há concorrência, a Cemig dá-se ao luxo de, periodicamente, aumentar a conta de energia elétrica. O cidadão, neste mês, já está pagando a conta de energia elétrica com o valor reajustado muito acima da inflação. Conforme alguns dados que tenho, nos últimos 10 anos, o percentual de aumento que houve na conta de energia elétrica foi de mais de 500%. Só neste governo, foi mais de 100%. O que nos entristece, deixa-nos indignados e revoltados, é que, além de o cidadão estar sendo sacrificado neste mês, por pagar um reajuste na conta de energia elétrica, a Cemig ainda não está satisfeita. Ela já entrou com recurso junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - solicitando mais um aumento. Já havia solicitado 23,5%, e a Aneel concedeu em torno de 5,5%. Para as residências, o aumento foi de 6,5%. E a Cemig não ficou satisfeita, entrou com recurso e quer mais.

Aliás, parabeno o jornal "Hoje em Dia", que trouxe, na capa do jornal do dia 25/5/2007, a manchete: "Cemig pede revisão do reajuste de luz". A Cemig quer mais reajuste. Ninguém aguenta, isso é desumanidade. Trata-se de uma companhia que tem o princípio de defender o interesse público, preocupar-se com a justiça social, uma companhia do Estado de Minas Gerais. Infelizmente, as pessoas mais pobres e mais humildes ficam prejudicadas, pois não conseguem pagar o valor da energia elétrica. Há casos, principalmente no interior, em que o valor da conta de energia elétrica é mais alto que o do aluguel. Há pessoas simples que moram em um cômodo, têm aparelhos domésticos, uma televisão, uma geladeira, chuveiro, e muitas vezes a conta de energia da Cemig fica mais cara que o valor do aluguel.

Deixamos aqui toda a nossa indignação. Já apresentamos um requerimento, na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, da qual sou Presidente, para fazermos uma visita, por meio da Comissão, ao relator desse recurso, da Aneel, Sr. José Guilherme da Silva Menezes Sena, e demais Diretores, a fim de solicitar que a Aneel negue provimento interposto pela Cemig em relação a um reajuste maior. Já pensou? Mais 20%? É uma coisa que não se justifica. Consta notícia em todos os jornais. Jornal "Diário do Comércio", de 10/5/2007: "Lucro da Cemig cresceu 19,6%". "Hoje em Dia", de 10/5/2007: "Lucro da Cemig sobe 19,69% e vai a R\$406.000.000,00". "Estado de Minas", de 10/5/2007: "Lucro da Cemig cresce e atinge R\$406.000.000,00".

Essa média não é anual, é trimestral, por três meses apenas. Se somarmos, o lucro anual da Cemig será de mais de R\$3.000.000.000,00. Justifica penalizar as pessoas mais simples, as pessoas mais humildes, que não têm condições de pagar a energia elétrica? Se fizermos um levantamento, são milhares, milhares e milhares de pessoas em todo o Estado que estão sem luz, estão na escuridão. Muitas vezes até estão com bebê, ou doente, ou idoso em casa, e, sem terem condições de pagar a conta de energia elétrica, encontram-se no escuro. Então, o Estado tem de ter essa sensibilidade.

Não vamos medir esforços, vamos lutar, fazer um grande movimento.

Quero apoio de todos os partidos desta Casa, de todas as Lideranças, para flexibilizar. O Sr. Djalma, Presidente da Cemig, o Governador Aécio Neves, a Aneel, todos devem rever esses valores absurdos de reajuste da conta de energia elétrica da Cemig. É importante uma grande mobilização, da mesma maneira que fizemos em relação ao tarifaço, à taxa de incêndio. Muitos duvidaram. Ficamos mais de um ano brigando para acabar com a taxa de incêndio e conseguimos. Vamo-nos empenhar, manhã, tarde e noite nas comissões; panfletos nas ruas; imprensa, associação comercial, entidades, ONGs, Igreja, vamos conversar com todo o mundo para fazer um grande movimento contra esses valores absurdos cobrados na conta de energia elétrica pela Cemig. Acabamos com a taxa de incêndio nas residências. Estamos com uma ação direta de inconstitucionalidade no STF para tentar derrubar a taxa para o comércio e a indústria. Conseguimos também acabar com a taxa para chamar a polícia.

É perfeitamente possível unir todos os partidos, independentemente de ideologia, para fazer esse grande movimento para diminuir os valores da conta de energia elétrica. Sobre o ICMS, já temos projeto tramitando. Em Minas Gerais, o ICMS é de 30%; Pará, 27%; Espírito Santo, 25%; Santa Catarina, 25%; Goiás, 25%; Rio Grande do Sul, 25%; Rio de Janeiro, 18%. O Estado que tem a maior alíquota de ICMS, o mais caro imposto sobre a energia, é justamente aqui, com 30%. Repito porque acho importante as pessoas assimilarem e se indignarem.

Na época do Brasil Colônia, Tiradentes foi esquartejado por causa de um quinto dos impostos cobrados pela Coroa, seriam 20%. Só em relação à conta de energia elétrica da Cemig pagamos o dobro, 40%. Então, pela metade, Tiradentes foi esquartejado. Precisamos nos indignar, fazer um grande movimento pela redução na conta de energia elétrica da Cemig e nos mobilizar para não permitir esse absurdo, que é o aumento de mais 20%, esse recurso que a empresa está solicitando à Aneel.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Deputado, V. Exa. traz um tema extremamente importante, que, além de ser bandeira da Bancada do PT, com certeza também o é de muitos Deputados desta Casa, da sociedade de Minas e dos movimentos sociais. No primeiro e no segundo encontro dos movimentos sociais mineiros, eles apresentaram, nesta Casa, um projeto de lei de iniciativa popular homenageando D. Luciano Mendes, assinado por 130 mil pessoas. O projeto, que aguarda o primeiro parecer da Comissão de Justiça, pede a isenção de pagamento para as famílias que consomem até 100kW. Essa é uma bandeira da justiça social de Minas.

Parabeno-o por, mais uma vez, abordar esse tema em Plenário. A sensibilidade do Governador e desta Casa deve apontar para a redução da tarifa. A Comissão que V. Exa. preside já encaminhou à Aneel pedido para que não aceite esse aumento. É importante que esta Assembléia de fato se manifeste sobre esse tema, pois é fundamental, até porque Minas já se pronunciou, os movimentos já se pronunciaram. Cabe ao Governador e à Cemig um posicionamento mais firme. Estamos cumprindo, até 2008, o maior programa do governo federal em parceria com o governo de Minas, o Luz para Todos. Criamos oportunidade para todos terem energia elétrica. Quando se cria, vem a dificuldade para pagar a tarifa.

Registro a importância da Comissão de Assuntos Municipais. Esse tema cuida da inclusão social em nosso Estado. Parabéns.

O Deputado Weliton Prado - Agradeço à Deputada Elisa Costa. É fundamental esse movimento de aglutinação de forças para que tenhamos o maior número de apoio para essa causa.

Da mesma maneira que discutimos a Taxa de Incêndio, faremos agora. Repetirei isso aos quatro cantos do Estado, a todos os rincões e regiões, a fim de abraçar essa bandeira de sensibilizar o governo para diminuir o valor exorbitante cobrado pela energia elétrica em Minas Gerais.

Vários jornais publicaram matéria a esse respeito. Em 31/5/2006 "O Estadão" publicou: "Energia elétrica de Minas é 42% mais cara". O jornal "O Tempo", no dia 19/6/2006, publicou: "Energia de Minas é a segunda mais cara do País". Com esse reajuste, já é a primeira mais cara. Há um ano, a energia elétrica da Cemig era a segunda mais cara do País, mas a Cemig cresceu tanto, aumentou de forma fabulosa seus rendimentos, que aumentou, também de forma fabulosa, o valor da conta de energia elétrica, e conseguiu ocupar o primeiro lugar de energia mais cara do País.

É muito importante fazer essas gestões. Apresentamos requerimento ao Sr. Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig, para que a empresa desista do recurso interposto à Aneel, que autorizou um reajuste de 6,5%. A Cemig não está contente e quer mais 20%.

Apresentamos também requerimento solicitando ao Sr. José Guilherme, da Aneel, relator do processo, que negue o recurso da Cemig.

Apresentamos apelo ao Governador Aécio Neves para que faça os esforços necessários para que a Cemig desista desse aumento, que penalizará não apenas a população, mas as pequenas empresas, que já pagam muitos impostos.

O Estado de Minas Gerais tem uma das mais altas tributações do País. A tributação do álcool é 25%, enquanto em São Paulo é 12%. E assim por diante. Se o empresário quer investir e gerar emprego em nosso Estado, compra uma máquina em São Paulo e paga 12% de ICMS. Mas, quando chega aqui, tem que pagar a diferença da alíquota de 6%, o que muitas vezes inviabiliza a contratação e geração de emprego e renda. No Triângulo Mineiro há um grande número de empresas que estão indo para outros Estados em virtude da alta carga tributária.

É muito importante que o governo se sensibilize. Não vamos nos calar. O PT e o conjunto dos movimentos sociais e dos Deputados desta Casa não se calarão. Podem ter certeza de que muitos Deputados reclamarão, porque repetirei quantas vezes seja necessário. Não vou me cansar, farei uma grande campanha, com abaixo-assinado, em todo o Estado, e levarei ao Governador Aécio Neves. Em todas as oportunidades, seja em um campeonato de biloca ou em um racha; seja na porta do cinema ou no ponto de ônibus; na praça pública, na escola ou na reunião com empresários; não interessa onde estivermos, se ele estiver presente, levaremos essa bandeira. Conclamaremos o conjunto da sociedade para se revoltar cada vez mais contra os valores exorbitantes da conta de energia elétrica da Cemig. Essa estatal deveria ter responsabilidade com as pessoas mais simples e pobres, com os programas sociais. Infelizmente, com esses valores na conta de energia elétrica, a Cemig não dá bom exemplo para nosso Estado. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento o Presidente em exercício, Deputado João Leite, os Deputados presentes no Plenário e toda a população mineira. Quero também, em nome da Bancada do PT, parabenizar o Deputado Gustavo Corrêa, que assume a Secretaria de Esportes e da Juventude. Desejamos-lhe sucesso e esperamos que consiga realizar políticas públicas de inclusão social destinadas especialmente à nossa juventude e que consiga que os programas sociais aconteçam em Minas Gerais. Portanto, deixo esse registro, em nome da nossa bancada. Vários Deputados já se pronunciaram.

Quero abordar dois temas. O primeiro diz respeito ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, com muitas preocupações no mundo e principalmente no nosso Estado. Ontem, na comissão da Cipe Rio Doce, da qual fazemos parte, - vejo que o Deputado Padre João está em Plenário -, discutimos um tema que diz respeito à questão ambiental. Essa comissão cuida dos afluentes da Bacia Hidrográfica do Rio Doce. A partir de recursos da ordem de R\$4.000.000,00, que foram alocados na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Política Regional, discutimos critérios para que os Municípios elaborem projetos de estações de tratamento de esgoto - ETEs. Essa ação viabilizará um projeto da Cipe elaborado nos últimos anos e acompanhado ao longo de várias caravanas pela bacia do Rio Doce: o projeto Rio Doce Limpo.

Hoje há um recurso orçamentário da ordem de R\$4.000.000,00, que está na Secretaria de Desenvolvimento Urbano. E o conjunto da Cipe pretende reunir seu Presidente, Deputado José Henrique, e toda a comissão com o Secretário Dilzon Melo, a fim de trabalharmos efetivamente na perspectiva de que os Municípios reivindiquem esse recurso para o projeto Rio Doce Limpo, fazendo as ETEs, para sanarmos os nossos afluentes e o nosso Rio Doce.

Considero essa tarefa muitíssimo importante. Esperamos que esse recurso cumpra a determinação do grupo técnico que participou da elaboração desse projeto. Há mais de um ano esse grupo se reúne para que esses recursos possam efetivamente ir para a Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Ontem, na reunião, contamos com a participação dos Consultores da Assembléia, de representantes da Seplag, da Copasa, da Sedru, do Igam, da ANA, da Caixa Econômica Federal, enfim, de vários organismos do governo federal e do estadual, componentes desse grupo técnico que construiu essa proposta, para que, a partir de agora, ela seja implementada em Minas Gerais.

Como ontem comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente e realizamos essa reunião, espero que haja uma ação concreta de todos esses órgãos e da Cipe Rio Doce para Minas Gerais, especialmente para a nossa bacia.

Espero, Deputado Padre João, que consigamos implementar a proposta, realizá-la, utilizar esses recursos e estimular os Municípios a reivindicar parte desses recursos para a elaboração de projetos e posteriormente para a execução de outros projetos ao longo da bacia do Rio Doce.

Acredito que essa seja uma iniciativa concreta. Ela corresponde a uma ação da Cipe que vem sendo discutida há alguns anos e, agora, poderá ser implementada. Da mesma forma, acertamos ontem a realização de uma audiência pública em Baguari, Governador Valadares, para discutirmos sobre a usina de Baguari.

Será no dia 25/6/2007, uma proposta também da Cipe, para acompanhar de perto as questões ambientais, sociais, culturais e econômicas que envolvem a construção da hidrelétrica, os problemas que, do ponto de vista social, também afligem as famílias, principalmente para avaliarmos quais são os impactos sociais e ambientais que mais essa hidrelétrica promoverá no meio ambiente, especialmente em relação às famílias que serão atingidas ao longo do lago que será preenchido nos próximos anos. Espero que, nessa audiência, possam ser discutidos os problemas e que seja o momento de se avaliar o papel do consórcio, dos Municípios, das famílias atingidas; enfim, que as famílias possam receber indenizações justas pelos seus bens e principalmente para a sua sobrevivência, pelo local onde se encontram os trabalhadores rurais e suas terras.

Quero também registrar, Deputados Padre João, André Quintão e Wander Borges, que hoje nos deparamos, na Assembléia, com alunos e professores de várias universidades que vieram fazer uma denúncia sobre o projeto que reduz a área do Parque da Serra do Rola-Moça. Acompanhamos a reivindicação. Há um projeto de lei nesta Casa, e gostaríamos de solicitar que ele fosse mais bem avaliado, que houvesse uma audiência pública e que a população fosse ouvida, até porque o projeto reduz as áreas destinadas à preservação em 6,5%. Propõe-se uma parte dessas áreas para um loteamento e outra para a atividade mineradora, próxima à Capão Xavier, que tem provocado danos ambientais enormes em Minas Gerais.

Queremos ser solidários com os alunos, os professores e os ambientalistas que aqui estiveram, para que haja sensibilidade de nossa bancada e das bancadas de todos os partidos políticos para avaliar melhor o projeto, verificar qual o risco da região, especialmente por ser um parque historicamente defendido por várias comunidades, envolvendo seis mananciais que abastecem parte da Capital e de Ibirité.

Segundo a Copasa, 450 mil pessoas dependem das nascentes do Barreiro, do Bálsamo, do Rola-Moça, do Taboão, do Mutuca e do Catarina. Ou seja, de fato, é uma grande região de proteção, e é preciso garantir a permanência desse parque.

Quero deixar aqui essa reflexão, a nossa solidariedade às pessoas que se manifestaram e solicitar aos Deputados que avaliem melhor esse projeto e, quem sabe?, até o retirem de pauta, para que possa ser mais bem avaliado pelas comunidades e para que seja evitado mais um dano ambiental no Estado de Minas Gerais.

Aproveito a oportunidade para dizer que aprovamos, da nossa autoria e da sua autoria, Deputado Padre João, hoje, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, uma audiência pública para discutirmos a situação do projeto de financiamento Fundo Máquinas para o

Desenvolvimento - Fundomaq. Esse pedido, feito pelo Deputado Padre João e apresentado pela Bancada do PT, foi objeto de denúncia de vários Prefeitos de Minas Gerais, de diversas regiões, que, ao solicitarem recursos do governo federal para outros convênios, especialmente para o Programa de Intervenção Viárias - Provias -, foram cientificados pelo Tesouro Nacional que havia irregularidade do ponto de vista legal, especialmente contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 35, e que, se não houvesse o reparo, os Municípios estariam impedidos de fazer novos convênios com o governo federal.

Estou aqui de posse de um parecer, do Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, Eduardo Coutinho Guerra, que encaminha para os Municípios - especialmente para o Prefeito de Brazópolis - justificativa de que houve uma operação de crédito em Minas Gerais que contém uma ilegalidade, que o Estado precisa reparar.

Na época, a Bancada do PT até abordou esse problema. Votamos favoravelmente, por compreender, naquele momento, que se tratava de um benefício a ser estendido aos Municípios, dada a necessidade desses de máquinas e equipamentos para atendimento das necessidades da população, principalmente a dos Municípios menores de Minas Gerais.

Agora cabe avaliação por parte do governo do Estado, e esta audiência pública pode esclarecer melhor os fatos. Estamos solicitando a participação do Tesouro Nacional, por meio do Ministério da Fazenda, e de representantes do Estado, para que nessa audiência pública sejam feitos os devidos esclarecimentos e para que os mais de 700 Municípios que buscaram recursos não sejam prejudicados por essa iniciativa do governo de Minas Gerais.

Desejamos que essa audiência seja mais participativa, que os esclarecimentos possam vir, que o Estado possa resolver a questão da ilegalidade ou da irregularidade e que não haja outros impedimentos, a fim de que os Municípios de Minas Gerais, que já são tão penalizados por escassez de recursos, possam viabilizar projetos e convênios com o governo federal, com o governo do Presidente Lula em prol de uma melhor solução para o problema.

Esse tema remete-nos a uma reflexão. Devemos, cada vez mais, ter cuidado na análise dos projetos, que não podem ser aprovados a toque de caixa. É preciso tempo, Deputado André Quintão, para que haja maturidade suficiente, de modo que todas as questões legais e jurídicas possam ser avaliadas e analisadas e que os benefícios possam chegar até os Municípios dentro da legalidade. De fato, pelo art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal há uma operação de crédito que não deve ser feita entre Estados e Municípios, ou seja, entre entes federados.

Deixo aqui esse registro e essa preocupação. Nessa audiência pública, será importante a presença dos Prefeitos e das Prefeitas, para também solicitarem os devidos esclarecimentos. Essa questão precisa ser resolvida o mais rápido possível porque, especialmente no caso do Provias, Deputado Padre João, os Municípios só têm prazo para garantir recurso federal até 30 de junho. Se isso não for resolvido até essa data, nossas Prefeituras perderão o convênio federal, o Provias. Grande parte dos Municípios já havia feito a documentação e já estava no momento de assinar o convênio federal.

Essa ilegalidade ou essa irregularidade traz prejuízos enormes aos Municípios de Minas Gerais. Esperamos que essa audiência possa fazer os devidos esclarecimentos e que o governo tenha mais cuidado nos projetos. Além disso, nós, desta Casa legislativa, não pela pressa, mas pelo compromisso que temos com o povo de Minas Gerais e com os Municípios, precisamos avaliar a tempo os projetos, que precisam ser melhor elaborados pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado João Leite, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, inicialmente faço um convite a toda a Casa. No dia 11 de junho realizaremos o encerramento da edição do primeiro semestre do Parlamento Jovem, um importante projeto desenvolvido pela Assembléia Legislativa, por meio da Escola do Legislativo, em parceria com a PUC Minas, Unidade São Gabriel.

Esse projeto foi iniciado na legislatura passada, e tive oportunidade de ser um de seus coordenadores, na condição de Presidente da Comissão de Participação Popular. O projeto integra escolas de ensino médio, públicas e privadas, e estudantes de ensino de nível superior. A partir da escolha democrática de um tema, realizam um amplo processo de debate, durante quatro, cinco meses, com oficinas, palestras e grupos de trabalho. Nessa sessão plenária, quem toma conta da Assembléia são os jovens, que, ao final, transformam seus debates em proposições, que são encaminhadas à Comissão de Participação Popular.

Portanto, a edição 2007 do Parlamento Jovem deste primeiro semestre terá o seu encerramento no dia 11. Solicito ao Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, que, no segundo semestre, desenvolvamos o Parlamento Jovem no interior. No ano passado, realizamos o Parlamento Jovem com a PUC de Arcos. Obtivemos êxito em todos os locais aonde tenho ido, principalmente nas universidades, faculdades do interior do Estado. Há uma grande demanda dessas instituições de ensino para também fazerem parte do Parlamento Jovem.

Não diria ser o caso da Assembléia mineira, mas o Poder Legislativo tem sofrido bastantes desgastes. Dessa forma, nada melhor do que aproximar o Poder Legislativo da população, principalmente da juventude, quer seja em âmbito federal, quer seja em âmbitos estaduais e municipais.

No dia 12, terça-feira, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, será realizada uma audiência pública na parte da manhã. O trabalho infantil é uma chaga, uma ferida aberta em várias regiões de Minas Gerais. Os últimos dados mostram que, da Região Sudeste, Minas Gerais é o Estado onde mais cresceu o trabalho infantil. Infelizmente, muitas vezes o trabalho infantil é estimulado pela própria família. Pela ausência de fiscalização adequada, o trabalho infantil muitas vezes retira crianças precocemente das escolas, colocando-as em situação insalubre, realizando trabalhos pesados. Além de ser uma afronta à lei, é também uma afronta à dignidade e aos direitos básicos da criança. Portanto, a Comissão de Participação Popular e a Frente Parlamentar da Criança realizarão essa importante audiência pública na terça-feira pela manhã.

Na última quinta-feira, a Comissão de Assuntos Municipais realizou uma audiência pública em Araçuaí, médio Jequitinhonha, para discutir a implantação do programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Naquela ocasião, por solicitação e requerimento da Deputada Elisa Costa, numa reunião presidida pelo Deputado Weliton Prado, debatemos especificamente o cronograma da implantação desse programa no Vale do Jequitinhonha. Aliás, essa audiência foi muito participativa, com a presença de dezenas, centenas de pessoas, entre elas lideranças de vários Municípios, Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos, muitos Deputados - a Assembléia Legislativa foi representada por oito Deputados -, além do Coordenador Estadual do programa Luz para Todos e dos representantes da Cemig.

Constatamos uma situação que exige de nós muita atenção. Por vários motivos econômicos, por decisão equivocada de prioridades, as regiões mais pobres, onde a eletrificação e a energia são mais necessárias, foram exatamente aquelas em que o cronograma ficou atrasado. É verdade que houve um cálculo subestimado do número de ligações a serem feitas em Minas Gerais. Muitas vezes os dados iniciais que orientaram os contratos firmados com as empresas geraram desconforto, uma expectativa que não foi atendida. Ou seja, houve uma falha no levantamento da base de propriedades que deveriam ser eletrificadas.

Em alguns Municípios, a necessidade é quase 100% superior ao diagnóstico inicial. Então, se tomarmos os números absolutos de implantação do Luz para Todos, baseados no diagnóstico inicial, é verdade que praticamente a meta foi atingida. No entanto, com as correções feitas nos anos de 2005 e 2006, temos ainda um universo de mais de 100 mil novas ligações do Luz para Todos a serem realizadas em Minas Gerais.

Como disse, infelizmente, o Norte, o Mucuri e o Vale do Jequitinhonha são as regiões em que há mais ligações a serem realizadas. Isso porque é nelas que o custo da ligação é mais alto, dada a distância dos distritos rurais, as condições geográficas e vários outros motivos. O principal motivo é mesmo a dimensão, extensão e distância dos imóveis a serem eletrificados, porque nesses lugares o custo, logicamente, será maior. Portanto, isso fez com que a Cemig atrasasse a implantação nessas localidades.

Como estava dizendo, a audiência foi muito produtiva. Nela ficou definido que, nesse novo contrato a ser realizado pela Cemig, esses Municípios terão prioridade na implantação do Programa.

Também gostaria de tratar do Fundomaq, assunto já levantado pela Deputada Elisa Costa, e solicitar que o governo rapidamente agilize uma solução, já que os Municípios não podem ser prejudicados no acesso aos recursos federais. Essa é uma boa medida que deixo como sugestão para ser analisada pelo governo, medida que, aliás, foi sugestão que apresentei por meio de emenda à época da tramitação do projeto.

Votamos dois projetos aqui. O primeiro concedia a isenção do ICMS na aquisição dos veículos a serem negociados e posteriormente transferidos para os Municípios. Uma medida importante que barateou o preço dos veículos, ou seja, da retroescavadeira, do trator e do microônibus. Isso veio para facilitar, para diminuir o valor desses veículos com a redução do ICMS.

Ao aderir ao referido programa, o Município tem, mês a mês, durante 36 meses, a prestação descontada do repasse das receitas do Estado para os Municípios. Essa é a lógica do Fundomaq.

Em nome da Bancada do PT, que liderava, apresentei primeiro uma emenda ampliando o prazo de 24 para 36 meses. Quer dizer, originalmente, era de 24 meses, mas solicitamos que fosse ampliado para 36 meses. Depois apresentei outra emenda. Para os Municípios muito pobres, com Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - muito baixo, ou seja, aqueles com uma receita muito pequena, uma área rural e uma demanda de manutenção de estrada muito grande, por que o Governador não pode fazer agora a doação dessas máquinas e desses equipamentos, uma vez que já foram adquiridos? Essa medida poderia solucionar o problema, e o montante já pago pelos Municípios poderia ser depois compensado no repasse feito mês a mês para eles próprios. Essa seria uma boa alternativa.

Deputado Tiago Ulisses, o governo do Estado, que tem elevado a sua arrecadação, poderia fazer a doação desses veículos e dessas máquinas para os Municípios. Isso agradaria muito os Prefeitos. Esse recurso que vem sendo descontado mês a mês poderia ser utilizado pelos Municípios em outras ações.

Hoje os Municípios estão sendo muito penalizados no Estado. Estive no Vale do Mucuri, onde Prefeitos relataram que estão arcando com altos custos de transporte escolar de alunos da rede estadual. Às vezes, o governo estadual repassa 10%, 15%, no máximo 20% do que tem gasto uma Prefeitura com o transporte escolar de alunos da rede estadual. Muitas vezes, a manutenção e o combustível para os veículos da polícia, no interior, são pagos pelas Prefeituras.

Na época da discussão do Fundomaq, adotando o princípio da equidade, ou seja, priorizando exatamente os Municípios mais pobres, apresentei essa emenda. Os Municípios com baixo IDH teriam a máquina e o equipamento adquiridos no Fundomaq, a fundo perdido. Essa seria uma doação do Estado. Essa sugestão não é de agora, para resolver a pendência com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN -, pois já a tinha apresentado, na forma de emenda, na tramitação do Fundomaq.

Quereria fazer uma defesa do Fundomaq, que é um projeto importante. Preferiria que o Estado fizesse a doação para os Municípios, até porque há Municípios que pagam transporte escolar, que é de responsabilidade do Estado, no caso de aluno estadual. Sobretudo para os Municípios mais pobres, esse desconto, o repasse bloqueado mês a mês, para compensar o pagamento das máquinas adquiridas, faz falta na área da saúde e da educação, para a implantação do Centro de Referência da Assistência e para combater o trabalho infantil. Essa seria uma boa medida. Se isso não for possível para todos, que seja para alguns e que o governo resolva tecnicamente essa pendência. Há muito Município que, por uma decisão técnica da STN, está com o repasse bloqueado.

A lógica do Fundomaq, de reduzir o ICMS, de adquirir um conjunto de máquinas, de reduzir de uma só vez o valor unitário dessas máquinas e de o Município ter acesso é uma boa medida, pois é mais econômico do que gastar com máquina alugada e terceirizada, que onera muito mais os cofres públicos.

Quem sabe, com essa elevação de receita, o Estado pense principalmente nos Municípios mais pobres que aderiram ao programa, faça-lhes a doação desses veículos e pare com o bloqueio da taxa mensal correspondente, ressarcindo-os gradualmente pelo valor já descontado.

Essa é a sugestão que faço ao Governador Aécio Neves. Faço também o convite para o Parlamento Jovem, no dia 11/6/2007, e para o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, no dia 12/6/2007, com audiência pública pela manhã, nesta Assembléia, na Comissão de Participação Popular. Muito obrigado, Sr. Presidente.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 15/6/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Ana Cristina de Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2007

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 2/7/2007, às 10h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de informática.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, de 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 18 de junho de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.